

ÁLVARO ALENCAR
UM DIPLOMATA NA LUTA CONTRA O
SUBDESENVOLVIMENTO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

*Instituto de Pesquisa de
Relações Internacionais*

Diretor Embaixador Carlos Henrique Cardim

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034/6847
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

MARIA CLARA ALENCAR GONÇALVES
CARLOS HENRIQUE CARDIM
ORGANIZADORES

Álvaro Alencar
um diplomata na luta contra o
subdesenvolvimento



Brasília, 2009

Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847/6028
Fax: (61) 3411 9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@mre.gov.br

Equipe Técnica:

Eliane Miranda Paiva
Maria Marta Cezar Lopes
Cíntia Rejane Sousa Araújo Gonçalves
Erika Silva Nascimento
Juliana Corrêa de Freitas
Júlia Lima Thomaz de Godoy
Talita Castanheira Tatico

Programação Visual e Diagramação:

Juliana Orem e Maria Loureiro

Impresso no Brasil 2009

Fundação Alexandre de Gusmão.

Álvaro Alencar : um diplomata na luta contra o
subdesenvolvimento / Fundação Alexandre de
Gusmão.— Brasília : FUNAG, 2009.

92p.

ISBN: 978.85.7631.172-0

1. Política externa - Brasil. 2. Alencar, Álvaro -
Biografia.

CDU 929(81)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme
Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

1. Prefácio

Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, 7

2. Nota biográfica, 11

3. Depoimentos:

Entrevista com o Embaixador Jório Dauster, 15

Artigo do Embaixador Adhemar G. Bahadian – “Álvaro: pequenas lembranças de um longo convívio”, 23

Artigo do Embaixador Salvador Arriola “Homenagem ao negociador exemplar”, 33

Caderno de fotos, 39

Discurso do Senador Eduardo Suplicy e o voto de pesar do Senado, 59

Entrevista com o Senador Francisco Dornelles, 63

Entrevista com o Professor Paulo Nogueira Batista, 69

4. Textos de Álvaro Alencar

Artigo – “A crise da dívida: até quando?”, 71

Artigo – “Transferência de tecnologia”, 83



Prefácio para o livro em homenagem ao Embaixador Álvaro Gurgel de Alencar Netto

Celso Amorim

Ministro das Relações Exteriores

Permanecem insuficientes as homenagens prestadas ao Embaixador Álvaro Gurgel de Alencar Netto. A obra que a Fundação Alexandre de Gusmão e o Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais agora publicam tenta dirimir esta falha.

De um lado, os depoimentos de seus amigos dão testemunho dos muitos predicados que ele fez por merecer: profissional sério, dedicado, honesto, competente, um dos grandes diplomatas de sua geração, um verdadeiro servidor da pátria, um amigo leal, caloroso e humano. De outro, a obra oferece ângulo privilegiado de uma passagem da nossa história diplomática pouco conhecida fora do círculo íntimo do homenageado.

Álvaro de Alencar foi Representante brasileiro junto à ONU em Nova York e junto à FAO em Roma, Cônsul-Geral em Berlim e Embaixador em Havana. Ao longo de sua carreira, dedicou-se a importantes negociações comerciais. Era conhecida nos corredores do GATT, da UNCTAD e do G-77 sua preocupação com a redução das assimetrias entre países ricos e países pobres.

Como assessor internacional dos Ministros Francisco Dornelles e Dilson Funaro em momento crítico para a economia brasileira, tornou-se um dos principais negociadores da reestruturação de nossa dívida externa junto ao Clube de Paris. Agora que o Brasil assume um papel

de maior destaque no mundo não podemos ignorar a dimensão da tarefa que era, logo após a declaração de moratória, tentar fazer nosso País ser levado a sério pela banca internacional.

Quando ingressei na carreira diplomática, logo fiquei sabendo de sua reputação como importante assessor do Embaixador Jaime de Azevedo Rodrigues nas negociações da UNCTAD. Nosso primeiro contato pessoal foi à margem de uma reunião da CEPAL em Quito, em 1973, em que cabia a Álvaro a articulação diplomática com os outros países. Chefiava a delegação brasileira um diplomata e “dublê de economista” de grande e merecido prestígio: o Embaixador Miguel Ozório de Almeida.

Recordo-me que, naqueles anos de chumbo, Álvaro não se furtava em dialogar com outros países em desenvolvimento, inclusive com Cuba. Creio que terá sido por indicação dele que fui chamado pouco depois para participar de um “Ecosoc de primavera” em Nova York. Acompanhei, como Representante do Brasil junto à ONU em Nova York, para onde Álvaro sempre viajava para participar de um importante comitê da ONU do qual era membro, de seus esforços para relançar nossas relações comerciais com Cuba. Mantive com Álvaro os melhores contatos, que se estreitaram naquele momento vibrante da política brasileira, na sequência do processo de redemocratização. Muito me beneficiei das longas conversas sobre negociações comerciais que tivemos quando fui Embaixador em Genebra pela primeira vez. Já à frente da Pasta de Relações Exteriores no Governo do Presidente Itamar Franco, tive a oportunidade de indicá-lo para chefiar nossa delegação junto à FAO, recriada naquele momento. Álvaro foi um verdadeiro amigo, com quem tive o privilégio de trabalhar e de conviver.

Quando assumi o Itamaraty novamente, desta vez a convite do Presidente Lula, pedi ao Embaixador Álvaro Alencar que emprestasse sua colaboração em tema central para a atual agenda externa brasileira, com o qual ele tinha grande intimidade: as negociações comerciais multilaterais. Seu falecimento, infelizmente, deixou a tarefa inconclusa e os amigos carentes da sua presença.

O Embaixador Álvaro Gurgel de Alencar Netto foi um diplomata de convicções fortes, pessoalmente empenhado na promoção do desenvolvimento nacional. Fez da diplomacia sua trincheira em defesa

PREFÁCIO

do Brasil e da construção de uma ordem internacional menos injusta. Que a publicação desta obra sirva para que seu exemplo seja conhecido e perpetuado.



Nota Biográfica

Nascido em 09/7/1936, no Leblon, Rio de Janeiro.

Descendente em linha direta do escritor José de Alencar, sempre demonstrou muito gosto pela literatura, tendo, inclusive, traduzido ainda jovem, em parceria com o hoje embaixador Jorio Dauster, o famoso livro do escritor americano Salinger, “O apanhador no campo de centeio”, um marco da literatura contemporânea, uma acurada e sensível crônica da juventude da década de 50, séc. XX.

Foram seus avós o desembargador cearense Alvaro Gurgel de Alencar, orador brilhante e defensor das classes menos favorecidas e Henrique Maggioli, pelo lado materno, presidente, por vários anos, do Conselho Municipal do antigo Distrito Federal, no Rio de Janeiro, na primeira metade do séc. XX.

Aos quatro anos, já alfabetizado pela avó materna, frequentou inicialmente o Colégio Fontainha, em Ipanema.

Sempre muito querido e bem orientado por seus pais, Alvaro Gurgel de Alencar Filho e Zuleika Maggioli Gurgel de Alencar, obteve autorização especial, por insuficiência de idade, para prestar concurso para o Colégio Militar do Rio de Janeiro, sendo aprovado e admitido com 10 anos, aí cursando os sete anos de estudo.

Desde bem jovem liderava um grupo de amigos que se reunia frequentemente na Rua Lúcio de Mendonça, Tijuca, nos jardins da casa de

seu avô Henrique Maggioli, que os acolhia com grande amizade e alegria. Ali criou o “Esperança Futebol Clube”, onde atuava como goleiro do time, do qual fazia parte também, dentre outros grandes amigos, o ministro Francisco Dornelles e Sergio Camargo.

Representou as cores do Tijuca Tênis Clube, quando jogou na equipe de *water-pólo*.

Continuou seus estudos na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, formando-se e, logo após, prestando concurso para o Instituto Rio Branco (Itamaraty), ingressando, assim, na carreira diplomática.

Casou-se em 1967 com Hannelore Dorothea Martha Müller, nascida na Alemanha, naturalizada brasileira, sua muito amada e companheira; desta união nasceram Alvaro Alberto, em Hong Kong e Maria Clara, em Brasília.

CRONOLOGIA FUNCIONAL

- 1936 Filho de Alvaro Gurgel de Alencar Filho e Zuleika Maggioli Gurgel de Alencar, nasce em 09 de julho, no Rio de Janeiro/RJ
- 1955 Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
- 1956 Curso de Pós-graduação pela Faculdade de Economia da Universidade de Ottawa, Canadá
- 1956 CPCD, IRBr
- 1962 Terceiro Secretário em 07 de novembro
- 1964 Divisão de Política Comercial, auxiliar
- 1965 Embaixada em Ottawa, Terceiro-Secretário
- 1965 Consulado em Montreal, Cônsul-Adjunto
- 1966 Segundo Secretário em 22 de novembro
- 1967 Consulado em Hong-Kong, Cônsul-Adjunto
- 1970 Divisão de Política Comercial, Chefe, interino
- 1973 Primeiro Secretário em 1º de janeiro
- 1973 Delegação Permanente em Genebra, Primeiro-Secretário e Conselheiro
- 1975 Conselheiro em 17 de março
- 1976 Divisão de Política Comercial, Chefe
- 1978 Ministro de Segunda Classe em 12 de junho
- 1979 Delegação Permanente em Genebra, Ministro-Conselheiro
- 1986 Ministro de Primeira Classe em 15 de dezembro
- 1987 Missão junto à ONU, Nova York, Representante Permanente Adjunto
- 1990 Consulado-Geral em Berlim, Cônsul-Geral
- 1993 Embaixada em Roma/FAO, Representante Permanente junto à FAO
- 1997 Embaixada em Havana, Embaixador
- 1999 Ministério do Trabalho e Emprego, Gabinete do Ministro, Assessor Especial
- 2002 Comitê de Acompanhamento da Implementação do Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Genebra, Presidente
- 2003 Secretaria de Estado das Relações Exteriores, à disposição



Entrevista com o Embaixador Jorio Dauster

Entrevistador

Gravando depoimento sobre o livro “Álvaro Alencar”. Embaixador Jorio Dauster com a palavra.

Embaixador Jorio Dauster

O Álvaro foi um companheiro de toda a vida. Passamos a infância na Tijuca, morando a alguns quarteirões de distância e mais tarde cursamos o Colégio Militar do Rio de Janeiro, embora, então, nos víssemos pouco porque estávamos em classes diferentes. Voltamos a nos encontrar depois que ele voltou dos Estados Unidos, onde o Álvaro tinha ido fazer um curso de inglês. Ele falava e escrevia inglês muito bem, tendo chegado a ser professor do idioma (e dado aulas particulares para minha mãe).

A essa altura já estava cursando no Instituto Rio Branco e ele se preparava para fazer o exame de admissão. A primeira conversa que tivemos acabou derivando para traduções. Eu lhe disse que tinha um único livro que fazia questão de traduzir e ele disse que também só tinha um livro que queria traduzir — e obviamente se tratava da mesma obra — “Catcher in the Rye”, de J. D. Salinger. O livro foi publicado no Brasil com o título de “O apanhador no campo de centeio” e contou também com o Antonio Rocha como co-

tradutor. Anos depois, eu e o Álvaro traduzimos a quatro mãos a coletânea de contos do Salinger intitulada “Nove estórias”. Mas ele nunca me mostrou nem ao menos um capítulo do romance de espionagem que, aparentemente, passou décadas escrevendo e deixou inacabado.

Como o Álvaro foi o primeiro colocado em Economia no Curso do Instituto Rio Branco, os preclaros Chefes da Casa entenderam que ele era bom de números e o lotaram na Divisão de Orçamento. Pouco depois, quando foi criada a Secretaria-Geral para Assuntos Econômicos, eu fui chamado pelo Embaixador Jayme Azevedo Rodrigues para ser seu Chefe de Gabinete. O Jayme tinha sido meu Professor no Instituto Rio Branco, havendo se afastado na época da crise Jânio/Jango a fim de ir para o Rio Grande do Sul lutar, se necessário, pela constitucionalidade do país, porém terminou sendo marginalizado durante algum tempo. Mas a economia nunca tinha sido seu forte e ele sabia que eu tinha um interesse especial pelo assunto. Naturalmente, tratei logo de levar comigo o Álvaro, fazendo com que vivêssemos juntos uma imensa aventura política e econômica que marcou muito nossas vidas profissionais. Por isso, acho que vale a pena nos determos um pouquinho aqui. Quando o Jayme Azevedo Rodrigues recebeu em caráter póstumo a Grã-Cruz Ordem do Rio Branco, em 1993, escrevi uma Carta aos Jovens Colegas, publicada no boletim da ADB (Ano I, nº 2), em que abordei os elementos centrais do complexo processo diplomático que desaguou na realização da primeira UNCTAD.

Vale lembrar que, no início da década de 60, a América Latina vivia uma profunda crise econômica, agudizada pela tomada de poder de Fidel Castro em Cuba que trouxe a Guerra Fria para dentro do Hemisfério. Não foi à toa que estivemos bem perto do fim do mundo durante a crise dos mísseis de 62.

Nos anos 50, criara-se na ONU um movimento de conscientização do subdesenvolvimento como um fenômeno histórico específico que atingia um grande número de países, muitos dos quais recém-saídos do estado colonial. Nesse tempo, serviam em nossa missão junto à ONU, além de Antonio Houaiss (que se dedicava de corpo e alma ao processo de descolonização), o Miguel Osório de Almeida e o Sérgio Rouanet, que, trabalhando na área econômica, deram força à ideia de convocação de uma conferência onde seriam debatidos todos os problemas comerciais dos países chamados à época de “atrasados”. Mas, obviamente, naquela fase de esquentamento da Guerra Fria, as potências ocidentais viram o esforço de reformar a ordem econômica pós-Segunda Guerra como algo bastante ameaçador, pois não

estávamos questionando apenas os desequilíbrios nos mercados de produtos de base, mas também nos de bens manufaturados e dos chamados invisíveis (frete, seguros etc.). Sustentávamos ademais a necessidade de se criar a Organização Internacional do Comércio, abortada em 1948 graças à oposição dos Estados Unidos, em substituição ao GATT, que não passava de um clube de ricos.

Tudo isso foi muito importante porque, até aquele momento, o mundo era cindido no sentido Leste/Oeste — e a expressão hoje corriqueira da divisão Norte/Sul nasceu então. Ao Brasil, e especificamente a nós na Secretaria-Geral de Assuntos Econômicos, coube organizar o grupo latino-americano, que se articulou com os grupos asiático e africano para formar o Grupo dos 77 sob o lema “subdesenvolvidos, uni-vos”. Como parte dessa vasta operação diplomática, o Jayme chefiou duas grandes missões para visitar países da América Latina, tendo eu o acompanhado na parte norte do circuito e o Álvaro, na parte sul.

Nós compartilhávamos inteiramente não só as pesadas tarefas cotidianas, mas sobretudo os ideais que presidiam aquele profundo realinhamento das forças internacionais. Dividimos também o ônus que resultou de nossa atuação, pois o golpe militar de 31 de março nos alcançou em Genebra, em plena I UNCTAD, e Jayme Azevedo Rodrigues, Sérgio Rouanet, eu e Álvaro fomos afastados da delegação e chamados de volta ao Brasil como subversivos. É interessante ver como o Rouanet firmou-se como grande filósofo e hoje pertence à Academia Brasileira de Letras, enquanto eu e o Álvaro recuperamos nossas carreiras. Infelizmente, contudo, o Jayme Azevedo Rodrigues não pôde fazê-lo, tendo sido vitimado física e psicologicamente pela perda de seus direitos políticos.

Depois disso, o Álvaro foi removido para a Embaixada em Ottawa, decidido a estudar Economia, e por coincidência eu terminei indo para o Consulado Geral em Montreal, também empenhado em retomar os estudos econômicos, porém movido em especial pela possibilidade de trabalhar com o Miguel Osório de Almeida, também marginalizado pela Revolução. Além do convívio intelectual extraordinariamente estimulante com Miguel Osório, um dos maiores talentos do Itamaraty, aproveitei para aprender a lutar boxe com quem anos antes disputara as luvas de prata em Miami. E o Álvaro vinha frequentemente de Ottawa para estar conosco, pois também tinha enorme admiração pelo Miguel Osório. Na própria Embaixada, ele teve a sorte de trabalhar com o Paulo Nogueira Baptista, outra figura excepcional da carreira

diplomática, que, quando foi chefiar a missão do Brasil junto à ONU, levou o Álvaro como seu número dois.

A experiência do Álvaro em Ottawa ainda foi mais rica porque lá ele encontrou sua esposa Hannelore, uma jovem enfermeira alemã que iluminou os últimos meses de vida do filho da Embaixadora Vasconcellos. Não surpreende que o Álvaro houvesse apaixonado-se por aquela figura tão boa e dinâmica, no que contou com o apoio total de seus amigos de Montreal. Daí nasceu uma forte amizade entre os dois casais, depois estendida a nossos filhos, a qual sobreviveu incólume aos longos períodos de afastamento que a carreira impõe a seus integrantes.

Entrevistador

Uma pergunta: Nessa época, quais eram os autores ou livros prediletos do Álvaro e que mais influenciaram o pensamento dele?

Embaixador Jorio Dauster

Ele conseguiu completar o mestrado, mas não me recordo qual foi o tema de sua tese. Nosso interesse, permanente era, porém, o comércio internacional e as formas pelas quais se processava a espoliação dos países periféricos. Tanto o Álvaro quanto eu sempre tivemos um forte sentimento nacionalista, o que, naqueles anos de chumbo, fazia com que nos caracterizassem como homens de esquerda. Rótulo até meritório diante da sujeição aos desígnios dos Estados Unidos que marcava os da direita, mas o fato é que nenhum de nós jamais frequentou agremiações de cunho político ou mesmo entregou-se a elucubrações ideológicas. Uma das coisas que nos uniu por tantas décadas foi justamente o fato de sermos pessoas com fortes convicções, mas de temperamento pragmático. As infindáveis negociações comerciais de que participamos, apesar de frustrantes em termos históricos, eram o instrumento de que dispúnhamos para fazer alguma coisa pelo Brasil e pelos países em desenvolvimento.

Ao sair de Montreal, Álvaro foi para o Consulado-Geral em Hong Kong acompanhando o Miguel, que, quarenta anos atrás, já achava importante conhecer melhor a China – ele que já tinha passado pela Rússia e estudado profundamente o país utilizando instrumentos econométricos pouco comuns no Itamaraty. Foi uma fase muito profícua para o Álvaro sob todos os aspectos,

mas dela guardo um episódio engraçado do ponto de vista humano. Eu havia chegado na então Tchecoslováquia em 1968, em plena “primavera de Praga”, sabendo que o Álvaro, então em Hong Kong, planejava fazer então a primeira visita à família de Hannelore, na Alemanha Oriental. Naquela época, isso era uma coisa bem complicada porque o Brasil não mantinha relações com aquele país. Nas cartas que havíamos trocado ficara acertado que ele daria uma esticada em Praga, coisa confirmada num telefonema que me deu já da Alemanha Oriental. E lá estavam ele e Hannelore (grávida do primeiro filho, Álvaro Alberto) na pequena aldeia quando, certa noite, começam a ouvir um ruído estranhíssimo. Junto com os agitados familiares de Hannelore, correm para a beira da estrada e ali ficam, embasbacados, vendo as longas colunas de tanques que seguiam rumo à Tchecoslováquia naquele fatídico 20 de agosto.

O Álvaro estava assim assistindo os primeiros movimentos da invasão da Tchecoslováquia enquanto eu, em Praga, não sabia ainda que os tanques estariam chegando pela manhã. Com as fronteiras fechadas, obviamente a visita deles não pôde se realizar. Mas, um dia depois, ainda no torrão natal de Hannelore, ele foi buscado por um enorme carro preto para conversar com o sujeito que presumiu ser agente da Stasi, interessadíssimo em saber exatamente o que estava fazendo ali naquela hora um diplomata de um país hostil ao seu e que comunicações eram aquelas que mantinha com um colega sediado justamente em Praga. As conversas, sempre muito cordiais, se repetiram nos dias seguintes, até que o Álvaro, compreensivelmente assustado, se mandou de volta para o Ocidente. Mas sempre trocávamos boas risadas ao recordarmos esse curioso momento em que uma oportunidade de reencontro nos foi negada por poderosas forças históricas.

Depois disso, ficamos afastados anos a fio, ele na SUBIN, órgão do Ministério do Planejamento, eu em Londres e depois na presidência do IBC. Ocupando uma função para a qual estava inteiramente capacitado, seja por envolver contatos com vários organismos internacionais, seja por servir de “liaison” entre o Itamaraty e as autoridades econômicas do país, Álvaro era parte integrante da equipe do ministro Funaro quando foi declarada a moratória da dívida externa, gesto que recebeu com entusiasmo ao ver nele uma manifestação de independência política (conquanto, na verdade, fosse fruto da exaustão total das reservas brasileiras). Seja como for, quis a vida que ele estivesse presente na suspensão dos pagamentos aos credores e a mim coubesse, em 1990, a tarefa de negociar o fim da moratória. Foi a primeira

vez que se designou um Embaixador Extraordinário para a Negociação da Dívida e sei que o Álvaro apoiou meu nome junto a pessoas que tiveram influência na escolha.

Conquanto nos víssemos pouco nos anos seguintes, chegamos a fazer férias conjuntas que ajudaram a selar a amizade entre os filhos, que dura até hoje. Além disso, sempre que possível nos enfrentávamos numa quadra de tênis, onde o poderoso desejo de vencer de ambos só era superado por nossa incompetência no manejo da raquete. Pelejamos até bem pouco tempo atrás, quando o enfisema adquirido por conta de décadas de tabagismo impediu o Álvaro de entregar-se àquelas árduas disputas.

Não obstante, conversávamos longamente em torno de um chope ou um uísque, sempre analisando a economia brasileira e sofrendo a infelicidade de lutarmos, até recentemente, com aqueles enormes “déficits” em conta corrente que sufocavam nosso crescimento. O Álvaro permaneceu mais convicto do que eu quanto aos métodos de ação que advogáramos no passado, pois devo confessar que, tendo ido para o “outro lado do balcão”, na esfera privada, fui obrigado a rever alguns conceitos sobre a efetividade das tratativas internacionais e os benefícios da intervenção estatal na economia. Cumpre assinalar, porém, até mais do que a coerência de seu pensamento, a constante dedicação do Álvaro aos interesses brasileiros.

Entrevistador

Com relação aos ideais do passado que mencionou, com forte carga de nacionalismo econômico, como explicitaria, talvez com alguns exemplos?

Embaixador Jorio Dauster

O Álvaro tinha, como eu, uma visão aguda da injustiça social no Brasil. Entendíamos que a situação de abandono de milhões de brasileiros era inaceitável e, embora se devesse em grande parte à falta de visão de nossas elites, também decorria dos desequilíbrios nas relações econômicas internacionais, que, entre outras coisas, impediam que produtos em que somos competitivos tivessem maior acesso aos mercados dos países ricos. Não era, portanto, uma visão meramente interna porque, como diplomatas, tínhamos acumulado uma larga experiência com respeito aos caminhos e descaminhos do mundo. No caso do Álvaro, ao servir na FAO ele havia

lidado diretamente com a fome, com a pobreza extrema. Essas coisas estavam fortemente enraizadas no pensamento dele. O Álvaro sabia bem que a primeira UNCTAD representara a luta por uma reforma profunda do sistema internacional, mas aquele impulso só havia tido algo de revolucionário no seu primeiro momento, porque depois os “donos do mundo” a cooptaram, transformando-a em mais uma entidade, numa organização sem poder decisório. Só bem mais tarde surge OMC, resgatando uma ideia que fora abortada meio século antes pelo Congresso americano. Mas continuavam os impasses de sempre, as velhas barreiras protecionistas permaneciam travando o comércio de produtos agrícolas, os países desenvolvidos não deixavam de buscar vantagens inaceitáveis no campo da propriedade intelectual, e por aí vamos. O Álvaro não esquecia isso um só instante e estava sempre pronto a encarar mais uma batalha.

Entrevistador

Quer dizer que talvez naquela época houvesse uma consciência mais sensível para esses problemas, talvez a linguagem tenha sido abrandada através de eufemismos?

Embaixador Jorio Dauster

Nossa linguagem diplomática nessa área terá sido mais contundente no passado, porém a postura de luta por um mundo mais justo não foi abandonada. Na área comercial, por exemplo, isso se expressa na liderança que o Brasil hoje exerce no Grupo dos 20, à qual se chegou por conta de uma construção feita laboriosamente ao longo de décadas. Lembro-me de que eu e o Álvaro estávamos escrevendo à noite as instruções para a I UNCTAD, naquele edifício que chamávamos de “Niterói do Itamaraty”, enquanto realizava-se o famoso Comício da Central, última tentativa do Jango para mostrar que contava com o apoio das forças militares. Imagine escrever instruções para uma conferência de tamanha relevância ouvindo toda aquela algazarra diante do vizinho Ministério da Guerra. Isso serve para mostrar como mudou o Brasil e o mundo, inclusive porque desde então ocorreu uma significativa diferenciação entre os países em desenvolvimento. Naquela época, era mais fácil articular posições coletivas, como no Grupo dos 77, porém hoje são cento e tantas nações em estágios muito diferentes de renda,

educação, industrialização. Quando eu e o Álvaro iniciamos nossas carreiras, o Brasil tinha uma exportação total pouco superior a um bilhão de dólares anuais, praticamente tudo representado por receitas de produtos primários e com o café responsável por mais da metade disso. O Brasil era um fazendão e nossos problemas, evidentemente, muito diversos daqueles que enfrentamos nos dias de hoje.

Entrevistador

Como ele via o papel da América do Sul, do Mercosul, da integração latino-americana, chegaram esses temas a fazer parte das prioridades do Álvaro?

Embaixador Jorio Dauster

Não sei se ele chegou a trabalhar diretamente com tais questões porque, quando voltei a encontrá-lo em Brasília mais recentemente, ele tinha vindo de Cuba e estava trabalhando como Assessor Especial do Secretário-Geral. Certamente preocupava-se com essas questões e era favorável ao Mercosul, apesar de todos os seus defeitos. A América do Sul como espaço geopolítico em que o Brasil tem de marcar seu destino histórico sempre esteve presente no pensamento dele, mas talvez outros colegas possam trazer subsídios concretos sobre o que fez nesse terreno.

Entrevistador

Muito obrigado; encerrado o depoimento do Embaixador Jorio Dauster.

Artigo do Embaixador Adhemar G. Bahadian

“Álvaro: pequenas lembranças de um longo convívio”

para Beto e Clarinha

Nos vimos pela primeira vez em Niterói. Não a Niterói da baía de Guanabara, mas a Niterói do lago dos cisnes do Itamaraty, onde se chegava após atravessar a passarela do Bife de Zinco, restaurante que era de bom tom frequentar às vezes, pois ali pousavam e posavam os chefes, alguns deles com ar distante a mastigar contrafeitos uma remoção indesejada. Nós, rebeldes, íamos muito ao Tupi ou ao Galo ou, mais tarde, em dias mais redondos da semana, para a Confeitaria Colombo, na época, quem diria, um *point*. Comia-se, mas sobretudo falava-se ou melhor sussurava-se, pois naqueles tempos, as paredes, mais do que ouvidos, tinham chibatas.

Nossa primeira conversa, se bem me lembro, foi sobre o *Catcher in the Rye*, do Salinger, que o Álvaro, juntamente com o Jório Dauster e o Antonio de Campos havia traduzido. Na época, como aliás até hoje, *O Apanhador no Campo de Centeio* era um dos livros da literatura norte-americana que mais me haviam marcado, talvez só comparável, na infância, às *Aventuras de Tom Sayer*, de Mark Twain, também numa primorosa tradução do Monteiro Lobato. Álvaro me contou que os tradutores brasileiros queriam dar ao livro o título de *Sentinela do Abismo*, o que, como sabemos os que lemos o livro, faria muito mais sentido. Mas, Jerome (era a primeira vez que ouvia o seu nome) Salinger com a sua enraizada personalidade obsessivo-compulsiva havia rejeitado toda e qualquer sugestão em qualquer língua e em qualquer país de alterar o título de sua

obra, talvez a mais aguda, poética e sensível análise psicológica de um adolescente em crise que jamais li.

Falamos sobre o livro enquanto ele me dava uma carona do Itamaraty até a Tijuca num inesquecível, alquebrado *Nash* verde-musgo dos anos 50, com um volante grandioso imitando madrepérola e mudança na coluna de direção. O carro pertencia a seu pai, em cuja casa, no Jacarepaguá, Álvaro estava transitoriamente vivendo após chegar de seu posto em Hong Kong. Ele, que nunca foi bom motorista, às vezes arranhava ao engatar a segunda e resmungava sobre o carro, o trânsito, o calor, a cidade, o cosmos em geral, entre expletivos de intensidade variável, que não chegavam a interromper o fio da conversa, mas a levava a pequenos desvios e considerações diversas sobre o desarranjo natural dos seres vivos e inanimados.

Era uma característica dele o resmungar. Mas, era um resmungar a que a gente se habituava como se habitua a um cacoete e parecia uma reação à Salinger às coisas da vida sendo ele, Álvaro, senão um obsessivo-compulsivo, um notório perfeccionista, exigentíssimo principalmente com ele mesmo para ver as coisas bem feitas na forma e na substância. Apesar dos resmungos era uma pessoa afável e calorosa com os amigos e raramente, muito raramente, se dirigia de forma crítica a quem quer que fosse. Criticava acerbamente ideias e sobretudo a falta delas, mas nunca descambava para o popular fofuquismo, que aliás detestava até ouvir.

A vida profissional nos aproximou muito. Comecei a trabalhar com ele na velha DPC (Divisão de Política Comercial) de Niterói, lugar que reunia os craques do multilateral econômico do Itamaraty daqueles tempos em que nos dedicávamos todos a transformar em atos e fatos as lições, os diagnósticos e sobretudo a visão do mundo inspiradora que nos chegava de Celso Furtado e de Raul Prebisch. Nem sempre era uma vida sem sobresaltos, pois embora os tempos do alinhamento automático já estivessem recebendo um traço de arquivo, de vez em quando ainda ressoava pelas paredes uma famosa frase que comparava o Brasil à General Motors, que não ousou sequer repetir. O clima era portanto meio sujeito a trovoadas e a arte de escrever textos de posições negociadoras, textos que eram escrutinados até mesmo fora do Itamaraty, beneficiava-se muito de um certo colorido barroco.

Álvaro desempenhou um papel importantíssimo na formulação de posições seminais na defesa de nossos interesses nos foros econômicos internacionais sobretudo na UNCTAD dos anos 70, quando ela reuniu ossatura internacional suficiente para mostrar as dissimetrias, assimetrias e arritmias

que caracterizavam o sistema econômico internacional. Não cabe aqui tentar analisar o que deu errado e que permitiu o sistema continuar sem grandes mudanças até hoje. Menciono a crise do petróleo e o consequente agravamento da dívida externa de nossos países como referências importantes para os que se aventurarem nessas trilhas nebulosas que desembocam no consenso de Washington e no neo-liberalismo que deu às forças do mercado poderes encantatórios, Álvaro era admirável, na arte de escrever discursos. Foi um *ghost-writer* dos mais brilhantes que o Itamaraty já teve e deve ter escrito ao longo de sua vida algumas centenas de textos que foram lidos por embaixadores do porte de Antonio Francisco Azeredo da Silveira, George A. Maciel, Paulo Nogueira Batista, Miguel Osório de Almeida; políticos e Ministros como Dilson Funaro, Tancredo Neves e até mesmo mais de um Presidente da República através do encaminhamento encadeado desses textos de sua mesa de trabalho no Itamaraty ao palácio presidencial, muitas vezes sem serem modificados em uma só linha.

Suas qualidades de formulador eram complementadas de forma ainda mais harmoniosa pelo seu talento negociador que fazia dele um brilhante diplomata-parlamentar. Primeiro havia a clareza de sua intervenção. Álvaro conseguia transmitir de forma objetiva, correta e escorreita o seu pensamento; segundo, o domínio e a elegância com que o fazia, sobretudo em inglês, idioma que falava e escrevia de forma invejáveis; terceiro, conhecia os meandros das regras de procedimento dos organismos internacionais e sabia usá-las magistralmente conduzindo reuniões internacionais no tempo e no compasso que melhor lhe aprouvessem, seja como porta-voz dos países em desenvolvimento seja como presidente de conferências internacionais.

Meticuloso e preciso, suas intervenções e propostas negociadoras eram respeitadas e suscitavam sempre um debate de alto nível que faziam dele, Álvaro, um negociador temido pelos adversários e invariavelmente ouvido pelos aliados. Raramente, Álvaro deixava de ocupar a posição de negociador-chefe de todas as reuniões em que estivessem envolvidos os países em desenvolvimento.

Embora tenha trabalhado num arco complexo de negociações, Álvaro teve ação destacada nos anos 70 nas formulações de Códigos de Conduta para o disciplinamento internacional da transferência de tecnologia, atividade que resultou pelo menos na compreensão de mecanismos desequilibrados desfavoráveis ao Brasil e demais países em desenvolvimento tanto na Organização Mundial da Propriedade

Intelectual (OMPI) e posteriormente na Organização Mundial do Comércio (OMC). Muitas de suas propostas resultaram em marcos essenciais de referência doutrinária para as negociações que até hoje desenrolam-se naquelas organizações e em outras mais diretamente ligadas a acordos internacionais bilaterais ou regionais como os acordos de garantia de investimentos no primeiro caso e na ALCA no segundo.

Durante o período em que o Ministro Dilson Funaro ocupou a pasta da Fazenda, Álvaro revelou-se um arguto e tenaz negociador da dívida externa brasileira, numa época em que a declaração da moratória brasileira tornava aquelas negociações ainda mais ácidas e sujeitas a pressões de natureza diversa a que Álvaro sabia resistir e contornar sem nunca perder a real dimensão do interesse nacional. Poucos anos depois, quando o Brasil fez generosos pagamentos aos credores internacionais, ouvi várias críticas de banqueiros internacionais à “dureza” e a intransigência do Álvaro, críticas essas que às vezes eram acompanhadas de uma cumplicidade de alguns negociadores brasileiros que se notabilizaram por uma atitude de generosa compreensão com os reclamos da banca internacional. Considero essas críticas os melhores elogios que poderiam ser endereçados a ele, Álvaro.

A ascensão do collarismo neoliberal no Brasil levou, dentre outras mazelas, à humilhação do embaixador Paulo Nogueira Batista, brilhante diplomata que acabava de conduzir o Conselho de Segurança das Nações Unidas na solução da guerra Irã-Iraque. Por iniciativa dele próprio, em solidariedade a Nogueira Batista, Álvaro transferiu-se para um posto periférico de onde só voltaria para as negociações multilaterais de forma episódica, mas de grande eficiência, quando nas Nações Unidas conseguiu podar todas as tentativas de fazer o Brasil aumentar sua contribuição orçamentária àquele organismo, sempre por pressão de cálculos matemáticos descabidos que Álvaro sabia desmontar com maestria. O dia em que se fizer a contabilidade do montante de divisas que o Brasil economizou durante o período em que o Álvaro negociou a dívida externa e em que atuou na comissão de contribuições da ONU, talvez se reconheça o papel da diplomacia brasileira no equilíbrio das contas nacionais.

Mas, não se pode transpor essa etapa da vida profissional do Álvaro sem recordar que nesse período, ele com Paulo Nogueira Batista, então representante permanente do Brasil na ONU, tiveram ambos uma passagem de extrema felicidade na Presidência do Conselho de

Segurança das Nações Unidas, quando Nogueira Batista, como já se recordou acima, levou toda a comunidade diplomática internacional a vislumbrar o peso e a criatividade da diplomacia brasileira caso viesse a ocupar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. O fato de que esses dois diplomatas de escola do Brasil vejam-se colocados repentinamente na periferia da política externa brasileira por razões nunca claramente explicadas, mereceria uma atenção especial de nossos estudiosos, que talvez se surpreendam ao constatarem que essas razões, se existem, apenas explicam-se pelo autoritarismo soberbo que àquela época, instalava-se no poder.

Álvaro sentia-se feliz em ter amigos em casa. Em Genebra, quando nossas famílias lá viveram no início da década de 80, Álvaro e Hannelore alugaram uma bela casa em Versoix. Me lembro que a casa era de madeira, o que lhe dava um ar aconchegante e tranquilizador. Havia nela um jardim não exageradamente grande mas o suficiente para que nossos filhos, então pequenos, se divertissem em torno de uma raquete ou de uma bola. Quase todos os sábados, nos reuníamos. Hannelore não se incomodava de ter a casa cheia e até insistia para que chegássemos antes do almoço. Álvaro e eu passávamos os dias, como se diz hoje, jogando conversa fora. Não nos metíamos em funduras metafísicas. Ficávamos antes do almoço tomando uma cerveja belga com um colarinho espesso e macio, comendo um aipinzinho frito e vendo os aviões de carreira riscando um risco branco bem lá no alto do azul. Era quase sempre tudo muito silencioso em Versoix e até o som do latido de Yasmin, labrador cor de champagne, parecia amortecido como os passos de um gato. Nossas crianças riam e curtiam-se. Brincavam o dia todo e frequentemente ainda dormiam umas na casa das outras. Ficavam horas na cama a contar histórias vividas ou inventadas até que o cansaço, aos poucos, fosse -lhes espaçando a voz e o sono as cobrisse como um manto. Aos domingos, como tínhamos inevitavelmente que trocar os filhos, nos encontrávamos à noite numa pizzaria entre Genebra e Versoix, à beira do Lago Lemán. Nas noites de luar podia-se ver ao longe, azulado como uma baleia, o dorso gelado do Mont-Blanc.

Éramos ainda jovens e nos julgávamos eternos.

Se não fosse o cigarro, Álvaro seria quase um atleta. Ele se cuidava, fazia um pouco de ginástica e jogava regularmente um tênis. Havia recebido uma grande influência do embaixador Miguel Osório de Almeida que defendia o uso cotidiano de megadoses de vitaminas. Miguel Osório era sem dúvida uma figura humana excepcional e com grande poder de persuasão. Álvaro havia servido com ele em Hong Kong e tornaram-se amigos para o resto da vida. Miguel Osório nos surpreendeu a todos quando foi vitimado por um acidente vascular cerebral de que jamais se recuperou. A surpresa deriva do fato de Miguel Osório até então ter sido uma pessoa de grande energia física e mental sem qualquer indício de doença. Mas, o fato é que desde os tempos de Hong Kong, ou até mesmo antes disso, Álvaro e Hannelore, que em solteira havia sido enfermeira especializada, não só se dedicavam a ler toda a literatura disponível sobre os alegados poderes das diferentes vitaminas, como consumiam diariamente, junto com o café da manhã, todo o abecedário vitamínico. Aliás, o café da manhã do Álvaro merece uma breve digressão.

Nos tempos áureos da UNCTAD, era muito comum participarmos de reuniões nos mais diversos lugares do mundo, chamado em desenvolvimento, e como essas reuniões geralmente, entre delegações governamentais, pessoal da ONU e de ONGs, atraía algumas centenas de pessoas e estendiam-se quase sempre por algumas semanas, a capacidade hoteleira de cidades como Arusha, na Tanzânia, ou mesmo Nairóbi e Manila, revelava-se insuficiente. Em muitos casos, portanto era comum que os diplomatas sobretudo os de nível mais baixo na hierarquia, dividissem quartos. Álvaro e eu, algumas vezes dividimos quarto o que me permitiu admirar o espantoso ritual do café da manhã. Muitos anos depois, quando já éramos mais graduados e não dividíamos quartos de hotel eu me permitia “gozá-lo” sobre o café da manhã. De fato, o café do Álvaro incluía invariavelmente panquecas, cobertas de mel, iogurte, sucos, cereal, pão queijo e frutas diversas. No iogurte e no suco de frutas, Álvaro adicionava pós nutritivos diversos como levedo de cerveja (parece que era bom para a memória) e outros que já nem me lembro, talvez porque não tenha tomado levedo de cerveja, pelo menos em pó. A este regime já em si capaz de transformar qualquer um no *bebê johnson* do dia, Álvaro ainda acrescentava um rosário de vitaminas em pílulas: a, b, b12, c (toneladas) k, e. Admirável.

Agora me lembro (vejam a falta do levedo) que havia também sempre dois ovos quentes cozidos religiosamente por três minutos e meio, acompanhados de duas torradas de pão branco ligeiramente bronzeadas generosamente cobertas de geleia. Havia finalmente o café preto, único item que eu compartilhava com ele, fazendo grande cerimônia para não abusar.

Entre nós havia um acordo tácito. Café da manhã não era despesa que dividíamos. Cada um pagava o seu. Mas, apesar de todo esse regime, que me teria levado a uma obesidade galopante, Álvaro nunca foi gordo e a rigor conservou o mesmo físico e o mesmo alfaiate durante os quase quarenta anos em que convivemos. Uma vez engordou um pouco quando tentou parar de fumar, mas logo perdeu os quilos quando voltou a fumar.

Não tenho dúvidas que o cigarro foi o grande responsável pelo debilitamento de seus pulmões, o que certamente está na raiz dos problemas que acabaram por levá-lo. Álvaro tentou inúmeras vezes deixar de fumar e usou todos os tratamentos disponíveis científica e popularmente. Não houve jeito. O cigarro realmente mata. Quando a Dra. Gro Brutland à frente da Organização Mundial da Saúde conseguiu promover a Convenção Internacional contra o tabaco e fazer deste instrumento internacional uma campanha contra a nicotina e ter talvez por essa razão sido posteriormente desaconselhada a buscar reeleição, confesso que não acreditava que teria sucesso. Mas, não há dúvida que Gro Brutland talvez tenha salvo mais vidas com essa iniciativa do que se imagina. Infelizmente, me informava outro dia um amigo que conhece bem o mercado do fumo, nos últimos anos o consumo de cigarro no Brasil vem aumentando significativamente entre os jovens.

Além do tênis, Álvaro gostava de esquiar e havia comprado um chalé, em Samoens, pequeno vilarejo na França a poucos quilômetros de Genebra. Na última vez que conversamos, ele me disse que estava indo de férias com seu filho Álvaro Alberto (Beto) para esquiar uns quinze dias e vender o chalé. Não chegou sequer a esquiar. Ainda enquanto alugava o material para a temporada, sentiu-se mal e foi transportado para o Hospital cantonal de Genebra onde começou um calvário de operações e internações de que nunca se recuperaria. Vi-o ainda umas duas ou três vezes quando já estava no Rio e numa delas achei até que ele se recuperaria, mas infelizmente, pouco depois, seu estado o impedia de sair das salas de tratamento intensivo, onde veio a falecer.

Nos seus últimos meses de vida, antes de adoecer, estivemos muito tempo juntos. Quando o Ministro Celso Amorim teve a generosidade de me convidar a ocupar o cargo de co-presidente brasileiro da ALCA, fiz várias viagens a Brasília e em todas elas ficava hospedado na casa do Álvaro. As negociações da ALCA, principalmente nos primeiros momentos em que tentávamos reequilibrar algumas distorções obviamente nocivas ao interesse

Brasileiro contrariava alguns setores nacionais e estrangeiros, o que suscitou uma forte e nem sempre justa campanha na imprensa que atacava o Itamaraty e frequentemente a mim próprio identificado ora como incompetente, ora como sabotador de um processo negociador de grande valia para o desenvolvimento nacional. Acho hoje que ao conseguirmos neutralizar as principais faces negativas da ALCA, evitamos na verdade que se celebrasse um acordo leonino só comparável ao acordo de Methuen. Um dia, pretendo escrever mais detidamente sobre isso. Não necessariamente sobre as propostas redacionais, que hoje já não tem interesse, mas em especial sobre o pano de fundo político. Não fossem a capacidade do Presidente Lula de desencorajar pressões e lutas intestinas, a determinação e patriotismo do Ministro de Estado e a perseverança do Secretário-Geral talvez hoje tivéssemos regredido absurdamente em políticas de forte conteúdo social, como, por exemplo, a relacionada com a produção e distribuição de medicamentos genéricos.

Mas o que quero recordar agora é a solidariedade que naquela época recebia do Álvaro, que me ouvia pacientemente, me fazia rir das críticas exageradas nos jornais e me estimulava sempre a perseverar no caminho traçado. Era quase como um irmão mais velho, que me esperava chegar à noite, me oferecia um copo e nunca me perguntava a não ser o que eu lhe quisesse contar. Ao nos despedimos pela última vez, quando eu voltava ao posto, e a ALCA havia sido afastada de nossa agenda, sem brigas nem ressentimentos entre os Estados Unidos e o Brasil, Álvaro me deu um longo abraço e só então percebi, que ao longo de tantos anos de convivência profissional, nós dois continuávamos a acreditar e a lutar pelas mesmas coisas que nos haviam inspirado ainda muito jovens na velha DPC. Éramos dois “dinossauros” que a presepada do neoliberalismo não havia destruído.

À medida que os anos passam e que a contabilidade dos que nos deixam parece cada vez mais dramaticamente aproximar-se de um perigoso sinal de

alarme, o desaparecimento do Álvaro ressoa e reverbera nas mais fundas e recônditas camadas de nossos medos. A escritora norte-americana Joan Didion em seu tristíssimo livro *The year of magical thinking*, em que descreve o doloroso processo de luto pela perda de seu marido John Dunne, fulminado por um enfarte quando se sentava para jantar, sem que houvesse sequer tempo de evitar que sua testa se ferisse na aresta marmórea da mesa, nos adverte logo nas primeiras linhas,

*“Life changes fast
Life changes in the instant
You sit down to dinner and life as you know it ends”*

Um médico me explicou que um ramo minúsculo de nossas coronárias é responsável pelo controle elétrico de nossos batimentos cardíacos. Uma súbita interrupção dessa corrente elétrica e ingressa-se na noite como quem desliga um interruptor. *“Life changes in the instant”*...

É comum dizer-se, nesses casos, que a morte terá sido quase uma bênção. Pode ser. Mas, o problema central não é a morte, mas a vida. Nossas vidas definitivamente decepadas, invariavelmente amputadas por essas perdas por esses adeuses sem propósito, por esses traumas que nos fazem mergulhar nas lembranças de nosso convívio tangidos por um sentimento de culpa difuso, a alfinetar-nos a alma. *“Life changes in the instant”*.

Se eu tivesse que identificar um traço marcante da personalidade de Álvaro, talvez mais do que me deter na sua honestidade, mais do que recordar sua imensa solidariedade aos amigos, eu assinalaria sua dignidade. E o longo período de sua doença não conseguiu quebrar-lhe essa dignidade que ele impôs-se até seus últimos momentos entre nós. Marguerite Yourcenar em *Memórias de Adriano* nos adverte sobre essas traições que nos atingirão a todos :

Ce matin l'idée m'est venue pour la première fois que mon corps, ce fidèle compagnon, cet ami plus sûr, mieux connu de moi que mon âme, n'est qu'un monstre surnois qui finira pour devorer son maître.

Roma, outubro de 2007.



Artigo do Embaixador Salvador Arriola “Homenagem ao Negociador Exemplar”

Em maio de 1973, o Sr. Olivier Long, Diretor-Geral do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, GATT, antecedente imediato da Organização Mundial de Comércio, OMC, convocou a primeira reunião do Comitê Preparatório, mecanismo que definiria as bases da Declaração Ministerial, que daria início no mês de setembro deste mesmo ano, a chamada Rodada de Tokio de negociações comerciais multilaterais.

Meu país, México, não era membro do GATT, mas em razão da Resolução 82 (111) da UNCTAD, de 1972, os países em desenvolvimento não membros do GATT, poderiam participar na nova Rodada de Negociações e dependendo do resultado decidiram se tomariam parte junto ao GATT ou não.

Na cafeteria do antigo e belo edifício da OIT, em Genebra, (hoje sede da OMC) junto ao majestoso Lago Lemman, conheci os membros da delegação brasileira, que encabeçada pelo famoso Embaixador Alvares Maciel assistiam à primeira reunião do Comitê Preparatório.

O vício do cigarro, permitiu rapidamente travar uma amizade com Álvaro Gurgel de Alencar, quem inclusive, falava perfeitamente o único idioma que eu dominava: o espanhol.

Álvaro formava parte da equipe principal do Embaixador Alvares Maciel e demonstrava um enorme conhecimento dos detalhes e características do ambiente, muito especial, que se vivia no principal organismo reitor do comércio mundial.

O vício do cigarro nos levou, por causas desconhecidas, a confirmar outra coincidência: o interesse pelo esporte e especialmente pelo futebol.

Aos poucos dias de minha chegada, Álvaro me levou ao melhor “estádio brasileiro fora e dentro do Brasil”, nem Maracanã, nem o Pacaembú, nem o Mineirão: os maravilhosos espaços do jardim da Embaixada do Brasil em Genebra.

Nossa habilidade futebolística, não estava à altura das facilidades que outorgava o recinto, sem embargo, nos permitiu durante as três reuniões que levaram a cabo o Comitê Preparatório, ampliar nossa agenda de conversas.

O México iniciava, com sua participação na Rodada de Tóquio do GATT, um novo caminho na definição de sua política comercial. Os funcionários responsáveis pelo tema na Secretaria de Fazenda e Crédito Público consideravam importante a adesão do México ao GATT, entre outros, com o objetivo de reduzir os efeitos da política de substituição de importações e exigir em troca um melhor acesso ao mercado dos países industrializados, em particular, o dos Estados Unidos.

Por outro lado, na Secretaria de Indústria e Comércio, entidade na qual me desempenhava como Chefe de Negociações Comerciais Internacionais, tinha-se uma visão diferente, caracterizada por: gradualmente e de forma unilateral, eliminar as barreiras não tarifárias (licenças prévias e quotas principalmente) que permitira definir uma reestruturação industrial, mais de acordo com o desenvolvimento integral do país.

O chefe da delegação mexicana nas reuniões do Comitê Preparatório, era Abel Garrido Ruíz, da Secretaria de Fazenda e Crédito Público, grande conhecedor do GATT e excelente negociador. Graças a seu interesse por melhorar meus conhecimentos do organismo, praticamente me obrigou a aprender de cor todos os artigos do Acordo Geral e a entusiasmar-me por reconhecer os atrativos e benefícios que a Rodada de Tóquio e o GATT brindariam ao meu país.

A Rodada de Tokio, havia sido convocada e decidida, pelos três parceiros de sempre: Estados Unidos, a Comunidade Econômica Europeia e Japão. Assim aconteceu nas Rodadas anteriores, desde a criação do GATT em 1947 e assim também decidiriam sobre o pacote final da Rodada de Tóquio e sobre as concessões ao mundo em desenvolvimento.

Álvaro me alertava a não confiar demasiadamente no que pudera obter-se da Rodada e da adesão ao GATT. Todavia, as repetidas mensagens que os países industrializados enviavam para minha delegação, me permitiam

desconhecer os comentários de meu amigo brasileiro, primeiro colega de outro país que teve, nos anos que leve atendendo temas internacionais no Governo do México.

Depois de diversas reuniões e contratempos se avançou naquilo que constituiria o texto base da Declaração Ministerial, que ao dia 12 de setembro desse ano de 1973 daria início à Rodada.

O maior avanço que registrava o rascunho da Declaração para os dois países em desenvolvimento, era o reconhecimento de que em todas as áreas objeto da negociação, se estabeleceria o compromisso de adotar o trato não recíproco, especial e diferenciado a favor de ditos países.

A última reunião do Comitê Preparatório ocorreu no belo Salão Plenário da OIT, que como comentei, é hoje a sede da OMC e que encontra-se à beira do Lago Lemman.

A “troika”: Estados Unidos, a Comunidade Econômica Européia e Japão tinham já prontas suas “valises” para Tóquio, assim como o resto do mundo desenvolvido que aspirava, uma vez mais, ampliar e melhorar o acesso ao mercado internacional das manufaturas e manter devidamente protegido o setor agrícola, através de diversos *waivers* e mecanismos sob medida que o GATT proporcionava.

O Diretor-Geral Olivier Long e seus dois principais assessores estavam situados em um lugar estratégico dentro do Salão Plenário, onde se realizaria a última reunião do Comitê Preparatório. Localizavam-se às costas do enorme vitral que permitiria admirar a beleza do jardim da OIT e o extenso lago genebrês e a uma altura superior ao nível em que se encontrava os lugares que ocupavam as delegações participantes.

Dada a amplitude do cenário, era obrigatório utilizar fones de ouvido.

Os nórdicos e seu porta-voz, foram os primeiros em intervir, precisando alguns ajustes a vários das seções do Projeto de Declaração. Olivier Long apontava junto com seus colegas Patterson e Mathur os comentários do porta-voz. Assim também aconteceu quando continuaram com a palavra os delegados da Austrália e Canadá.

O silêncio foi total ao escutar-se as intervenções da Comunidade Econômica Europeia e Japão. A velocidade que imprimiam os funcionários do GATT, para registrar os argumentos e posições dessas delegações era notável.

O momento culminante foi quando o Representante dos Estados Unidos solicitou o uso da palavra. Na Mesa Principal e em todo o Salão, ajustaram-se os fones de ouvido e o silêncio passou a ser sepulcral.

A atenção de Long e seus colegas permitiram “capturar” no papel até o último suspiro da intervenção do delegado deste país.

Posteriormente, o delegado da Nigéria iniciou sua participação. Para surpresa de todos e em particular para minha, o Diretor Geral do GATT, retirou seus fones de ouvido, levantou-se de seu lugar, deu as costas às delegações e dirigiu-se ao formoso vitral do Salão para contemplar provavelmente não só o arborizado jardim da OIT e o Lago Lemman, se não talvez porque nessa hora, podia apreciar a majestuosidade do Mont Blanc.

Essa dramática passagem, impactou-me para o resto de minha vida profissional. Entendi no ato, o que Álvaro me havia advertido. O confirmei ao finalizar a Rodada de Tóquio em 1979 e hoje, 34 anos depois nos labirintos burocráticos da Rodada de Doha.

Tudo parece indicar que os parágrafos que faziam referência na Declaração de Tóquio, a não reciprocidade e ao trato especial e diferenciado, têm sido aplicados e aplicam-se sem restrições em benefício, entre outros, do setor agropecuário dos países desenvolvidos.

O conselho de Álvaro segue sendo válido.

Desde o início de minha carreira profissional, na CEPAL em 1971, tenho conhecido um grande número de personalidades e delegados. Assisti a inúmeras reuniões no âmbito econômico e tive a satisfação de ver em ação os mais conotados negociadores de países em desenvolvimento e desenvolvidos. Posso recordar a alguns dos chamados negociadores legendários que participaram no ECOSOC, na UNCTAD, no GATT, na OMC, no FMI, o Banco Mundial e os foros econômicos regionais. Sem embargo, nenhum com as características de Álvaro.

Revisando a memória pessoal e o histórico de Álvaro, confirma-se meu comentário anterior.

Álvaro não só participava, sobressaía-se. Normalmente, nas reuniões multilaterais assumia rapidamente a liderança. Não se conformava em defender unicamente os interesses do Brasil. O encontrei como porta-voz do Grupo Latino-Americano e do Grupo dos 77 em diversas oportunidades. Era tão hábil, que apesar da estreiteza de suas instruções, — pela condição política que vivia o Brasil entre 1973, ano que o conheci e 1985 — driblava as pressões e consolidava as posições de nossos países.

Ao percorrer seu *Curriculum Vitae*, sua personalidade agiganta-se. Na condição de negociador e na maioria das vezes como porta-voz latino-americano e/ou do mundo em desenvolvimento, participou nas negociações

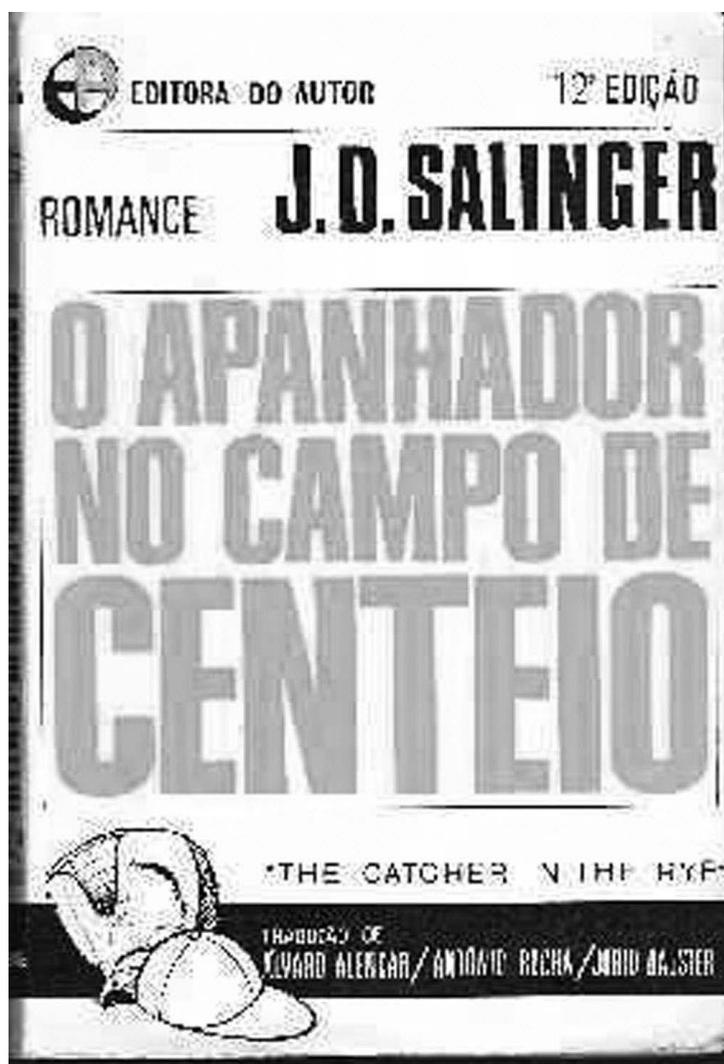
dos mais variados temas. É impressionante a diversidade temática: comércio internacional, indústria, agricultura e alimentação, inovação tecnológica e patentes, questões monetárias e financeiras, propriedade intelectual, transferência de tecnologia, investimentos estrangeiros, transporte intermodal, serviços, emprego e questões trabalhistas e cooperação técnica.

Cada tema da lista anterior, era conhecido em profundidade por Álvaro. Era sem dúvida o principal ativo que tinham nossos países nas negociações de cada um deles. É inútil realizar qualquer comparação do talento de Álvaro e daqueles que foram seus contemporâneos em cada uma dessas matérias.

Muitos têm sido reconhecidos como negociadores de excelência em algum ou alguns dos temas mencionados, mas nenhum teve a versatilidade de Álvaro e sobretudo a paixão e compromisso por contribuir em modificar as características e funcionamento da cooperação internacional para o desenvolvimento.



Caderno de Fotos



O Apanhador no Campo de Centeio

Livro traduzido pelos Embaixadores Álvaro Alencar, Jório Dauster e o Senhor Antonio Rocha cujo título original era "Catcher in the Rye".



Cuba, 1998.



Ministério do Trabalho, 1999.



50 anos em Brasília, 9 de julho de 1986.



Cuba, 1998.



Ano Novo 1982-1983 com Embaixador Jório Dauster - França.



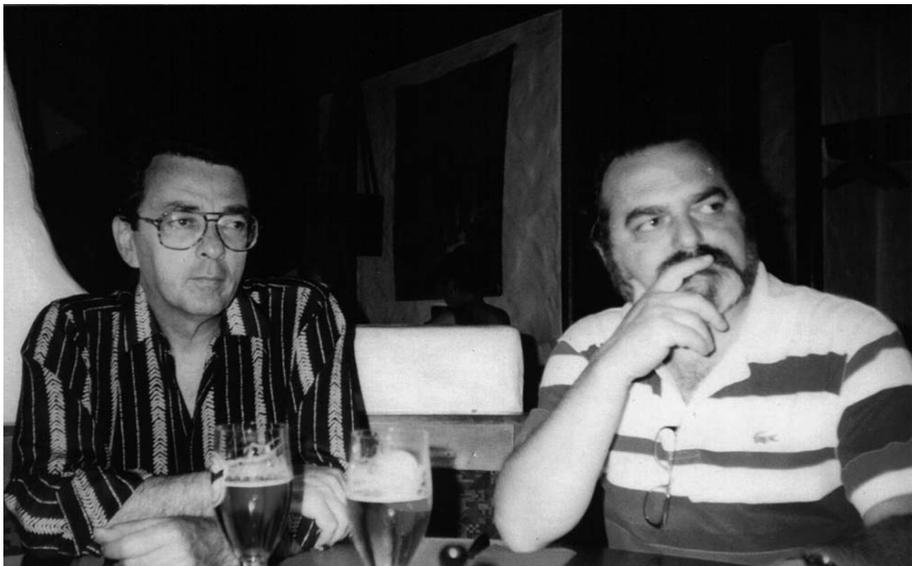
Batizado do neto Victor, 2001.



Com a mãe Zuleika Magioli Gurgel de Alencar, Rio de Janeiro, 1967.



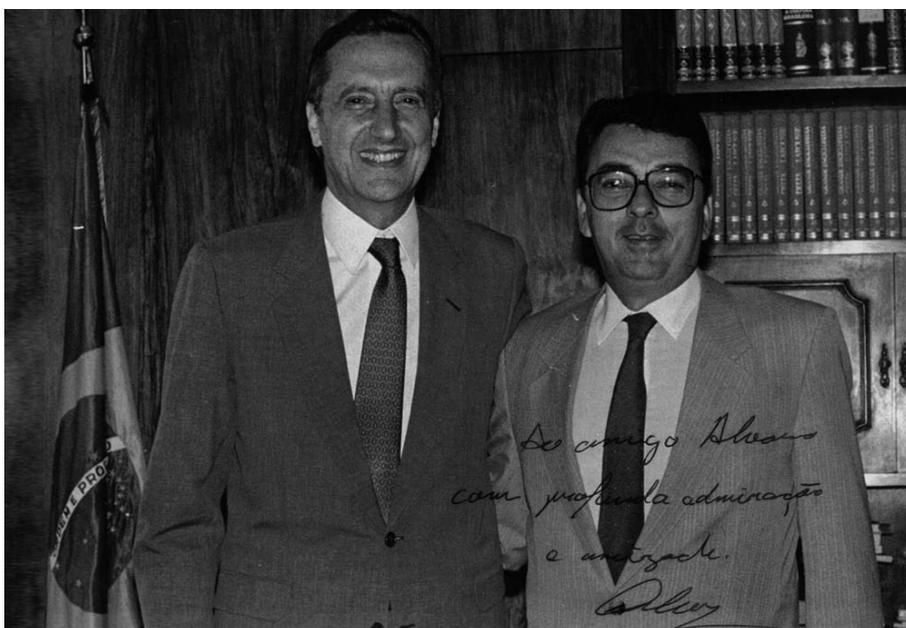
Casamento da filha com amigos de infância: Francisco Dornelles, Sérgio Camargo e Paulo Cezar Gifoni, 1996.



Com Adhemar Bahadian em Berlim, 1991.



Com o Embaixador Miguel Osório.



Com o Ministro Dilson Funaro, Brasília, 1986.



Com o pai Álvaro Gurgel de Alencar Filho e o avô - Rio de Janeiro, 1967.



Com os filhos, Álvaro Alberto e Maria Clara, 1997.



Condecorado com a Ordem de Rio Branco.



Cuba, 1998.



Hong Kong, 1968. Cuba, 1998.



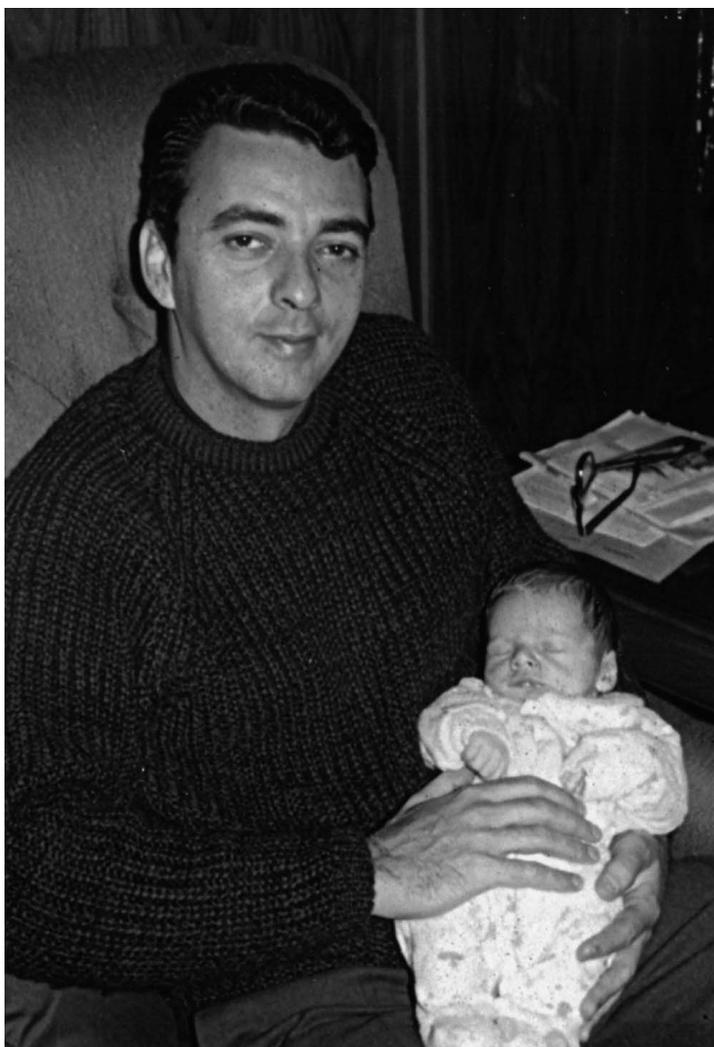
Menino, com sete anos, Rio de Janeiro.



Ministério do Trabalho, 1999.



Reunião do Conselho de Segurança da ONU, 1988.



Nascimento do filho em Hong Kong, 1968.



Recepção Oficial em Berlim, 1991.



Viagem ao Kenya.



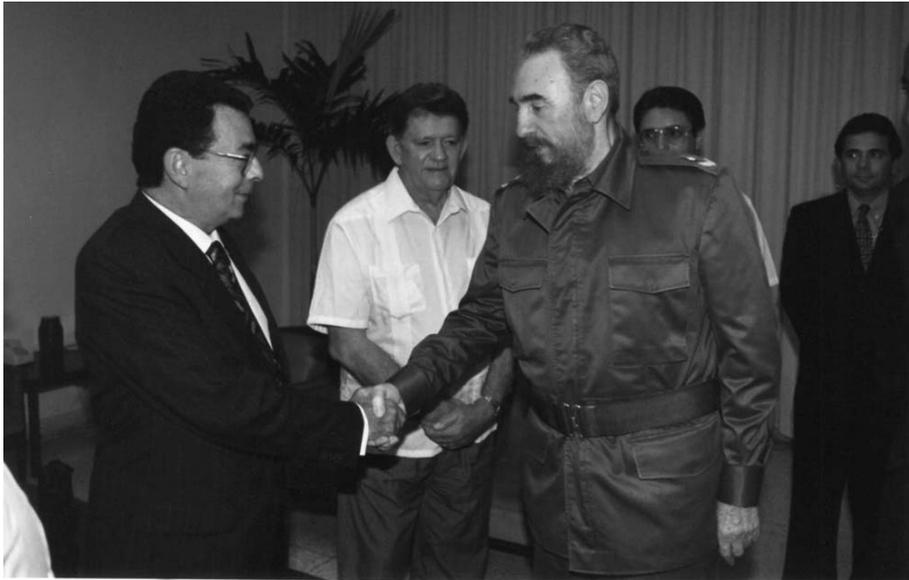
Viagem ao Kenya.



Vº REUNION MINISTERIAL DEL GRUPO DE LOS 77
BUENOS AIRES, 28 DE MARZO A 9 DE ABRIL DE 1983 – ARGENTINA



Visita ao Vaticano durante viagem com Tancredo Neves, 1985.



Encontro com Fidel Castro durante estadia em Cuba com o Embaixador do Brasil.



Maio 1978 - cerimônia de assinatura de contrato com o BID / da esq. para direita: José Carlos Fonseca, João Baptista Pinheiro, Reuben Sternfeld, Elcio Costa Couto e Álvaro Alencar (na época Sub-Secretário de Planejamento da Presidência da República).



Discurso em reunião da OMPI.



Reunião do Conselho de Segurança da ONU em Nova Iorque, 1988/
1989.



Reunião na FAO.



Discurso do Senador Eduardo Suplicy e voto de pesar do Senado

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, encaminho à Mesa, juntamente com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, um requerimento de pesar pelo falecimento, nesta terça-feira, do Embaixador Álvaro Alencar, bem como de apresentação de condolências à sua família.

O Embaixador Álvaro Alencar, um dos diplomatas mais importantes da sua geração, contribuiu para a defesa dos interesses nacionais, no campo comercial e no campo financeiro, ao longo de várias décadas de dedicação ao serviço público, não só no Itamaraty, mas em outras áreas do Governo, notadamente no Ministério da Fazenda. Foi Secretário de Assuntos Internacionais na gestão dos Ministros Francisco Dornelles e Dílson Funaro, que sempre manifestaram grande respeito e consideração por ele.

Nascido no Rio de Janeiro, em 1936, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRJ. Em 1956, concluiu o curso de pós-graduação pela Faculdade de Economia na Universidade de Ottawa. Trabalhou em nossas representações diplomáticas no Canadá, em Hong Kong – à época colônia britânica, — na Suíça, na Alemanha, na Itália, em Cuba e nos Estados Unidos.

Foi uma pessoa que se destacou também como negociador do Brasil junto ao Clube de Paris. O Embaixador veio a exercer essa função importante

nos anos 80, inclusive, em plena crise da dívida externa, época em que as negociações foram muito penosas.

Considerado por todos uma pessoa de excepcional coragem e seriedade, inclusive por seu colega de trabalho Paulo Nogueira Batista Júnior.

Álvaro Alencar foi embaixador do Brasil nas Nações Unidas e recentemente assessorou o Ministro Celso Amorim na defesa e definição das posições brasileiras nas negociações comerciais, inclusive tendo colaborado muito para o Projeto de Lei que apresentei, já aprovado nesta Casa, estabelecendo um mandato negociador para o Governo brasileiro em negociações comerciais de âmbito multilateral, hemisférico ou bilateral.

Portanto, o Brasil acaba de perder um de seus grandes diplomatas, um excelente negociador e exemplar homem público.

Agradeço ao Senador Ramez Tebet pela compreensão, cedendo-me espaço para a manifestação de pesar que registro.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias. PSDB-PR.)

– Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 590, DE 2006

Requeiro nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal inserção em alta de voto de pesar pelo falecimento, nessa terça-feira, do embaixador Álvaro Alencar, bem como apresentação de condolências à sua família.

Justificação

Faleceu anteontem no Rio de Janeiro o embaixador Álvaro Alencar, um dos diplomatas mais importantes da sua geração. O embaixador Alencar contribuiu para a defesa dos interesses nacionais, no campo comercial e no campo financeiro, ao longo de várias décadas de dedicação ao serviço público, não só no Itamaraty, mas em outras áreas do governo, notadamente no Ministério da Fazenda: Foi Secretário de Assuntos Internacionais na gestão do ministro Francisco Dornelles e ocupou o mesmo cargo na gestão de Dílson Funaro no Ministério da Fazenda. Tanto o ministro Dornelles como o ministro Funaro tinham por ele grande respeito e consideração.

Álvaro Alencar nasceu no Rio de Janeiro em 1936 e formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRJ. Em 1956, concluiu o Curso de Pós-Graduação pela Faculdade de Economia da Universidade de Ottawa. Trabalhou em nossas representações diplomáticas no Canadá, em Hong Kong à época colônia britânica, na Suíça, na Alemanha, Itália, Cuba e Estados Unidos.

As pessoas que interagiram com ele nessa época são testemunhas da sua capacidade de trabalho, da sua inteligência e da habilidade com que desempenhava as funções que lhe eram atribuídas. Foi, por exemplo, negociador do Brasil junto ao Clube de Paris, foro onde se discutem as reestruturações de dívidas junto a credores governamentais. O embaixador Alencar exerceu essa função nos anos 80, em plena crise da dívida externa, época em que as negociações eram sempre muito penosas. O seu desempenho foi excepcional, marcado pela coragem e seriedade na defesa dos interesses brasileiros numa fase de conflitos graves, por vezes agudos, com os credores estrangeiros.

Depois disso, Álvaro Alencar foi embaixador do Brasil nas Nações Unidas e em Cuba. Mais recentemente, assessorou o ministro Celso Amorim na definição e defesa das posições brasileiras em matéria de negociações comerciais, valendo-se para tal da sua experiência como integrante da missão brasileira junto ao GATT, instituição antecessora da OMC. Poucos brasileiros conheciam tão profundamente, não apenas teoricamente, mas também do ponto de vista prático das negociações, os diversos temas envolvidos nas complexas negociações comerciais multilaterais, regionais e bilaterais. O seu auxílio foi inestimável na discussão do projeto de lei que apresentei, já aprovado nesta Casa, estabelecendo um mandato negociador para o governo brasileiro em negociações comerciais de âmbito multilateral, hemisférico ou bilateral e que está tramitando atualmente na Câmara dos Deputados.

O Brasil acaba de perder um de seus grandes diplomatas, um excelente negociador e um exemplar homem público.

Sala das sessões, 18 de maio de 2006. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy** – Senador **Roberto Saturnino**.



Entrevista com o Senador Francisco Dornelles

Brasília, 03 de fevereiro de 2009

Embaixador Carlos Henrique Cardim — Diretor do IPRI: Senador Dornelles, por favor.

Senador Francisco Dornelles: Eu fui companheiro do Álvaro no Colégio Militar, depois entramos juntos na Faculdade de Direito e sempre tivemos um relacionamento muito estreito. O Álvaro sempre foi uma pessoa extremamente inteligente, com uma capacidade de trabalho fantástica; poucas pessoas redigiam tão bem quanto o Álvaro; estava sempre com uma preocupação enorme em estudar, em se aperfeiçoar, em se atualizar. Isso foi assim desde o Colégio Militar. Fomos para a Faculdade de Direito juntos e lá ele sempre teve muita facilidade de pegar as coisas, de se enfiar com tudo o que existia. Nós nos formamos juntos e ele foi para a diplomacia. Eu me lembro que o Álvaro estava em Genebra no dia 31 de março de 1964 e eu estava estudando em Nancy e passei lá também. Ele estava uma inquietação muito grande porque a delegação brasileira, que era comandada pelo Dias Leite foi toda destituída. Em 24 horas chegou lá uma outra delegação, mudando completamente de posição. O Álvaro estava indignado e eu lhe disse: “Você tenha calma e serenidade porque, como Segundo-Secretário, não adianta você ir protestar!”. Mas ele era muito fiel ao Jaime de Azevedo Rodrigues e estava indignado com tudo aquilo que aconteceu. Eu também estive com o Álvaro, depois, quando estudei em Harvard e acompanhei o trabalho que ele

desenvolveu na Embaixada do Brasil no Canadá. Durante esse período em que ele esteve no exterior, em Genebra, estivemos muito juntos. Quando eu estava na Procuradoria da Fazenda, ele chefiou a área internacional do Reis Veloso e fez um trabalho muito grande de organizar toda a área internacional. Ele foi o responsável pela organização da área internacional do Reis Veloso. Posteriormente, quando assumiu o Rieschbieter, ele também foi para a área internacional. Eu estava como Secretário da Receita. Ele participou ativamente da discussão de alguns problemas da dívida externa e recebeu um convite para ir para Genebra. Ele foi para Genebra e deixou a Assessoria Internacional. Quando o Tancredo assumiu a Presidência da República, ele queria alguns representantes da área externa junto com ele. Eu dei o nome do Paulo de Tarso, que o Tancredo já conhecia, o nome do Ricupero e do Álvaro Alencar. O Álvaro veio de Genebra, fez a viagem com o Tancredo em torno do mundo e o Tancredo voltou dessa viagem encantado com o Álvaro. Logicamente, durante aquele período, ele conquistou o Tancredo, por ser discreto e eficiente. Ele não era uma pessoa de querer se meter a íntimo, de querer entrar onde não era chamado e em todas as missões que lhe davam, ele falava com a maior eficiência possível. O Tancredo faleceu, eu assumi o Ministério da Fazenda e ele ficou chefiando a área internacional, coordenando todo o relacionamento da Fazenda com o BID, com o Banco Mundial, com o FMI, com o Clube de Paris. Ele participou de todas as negociações. Quando eu saí, ele continuou com o Funaro e, num período muito curto de tempo, ele era o braço direito do Funaro, era uma pessoa de grande confiança do Funaro. O Dilson me dizia sempre: “Você me deixou uma herança fantástica!”. Era o Embaixador Álvaro Alencar. Ele participou de toda a reformulação que houve no tempo do Funaro, dos problemas na área externa, do Clube de Paris. Posteriormente, ele não ficou com o Bresser e, quando o Funaro saiu, ele largou o Ministério também e foi para o exterior. Foi para as Nações Unidas, onde ficou até o Collor assumir. Depois, ele esteve em Hong Kong e na FAO. Quando eu assumi o Ministério do Trabalho, eu convidei o Álvaro para chefiar todo o relacionamento internacional do Ministério do Trabalho e ele fez um trabalho fantástico. Nós conseguimos criar um Conselho do Trabalho das Américas e o trabalho dele foi tão importante que, na reunião que houve em Washington, eu fiquei como presidente desse Conselho, indicado por todos os países, por unanimidade, em decorrência do trabalho que ele desenvolveu. Foi um trabalho extremamente positivo e importante. Posteriormente ao Ministério do Trabalho, acho que ele ficou no Brasil.

Embaixador Carlos Henrique Cardim — Diretor do IPRI: Ele ficou no Itamaraty, trabalhando diretamente com o Ministro de Estado, numa Assessoria de Negociações Internacionais e colaborou com a negociação da ALCA. O senhor teria algum episódio interessante, de cunho pessoal? O senhor falou do estilo dele, discreto e competente, nas palavras do Presidente Tancredo. Teria algum traço que lhe chamasse a atenção na amizade dele, ou dele como pessoa?

Senador Francisco Dornelles: Eu acho que o Álvaro era uma pessoa extremamente inteligente, uma pessoa amiga, uma pessoa confiável. Acho que era uma pessoa a quem você entregaria a chave do cofre, pela credibilidade que ele inspirava.

Embaixador Carlos Henrique Cardim — Diretor do IPRI: Em termos de gosto de lugares, de viagens, do gosto dele pelo esporte.

Senador Francisco Dornelles: O Álvaro praticava muito o esporte. Na época do Colégio Militar, nós tínhamos um time de futebol, chamado “Esperança”. Ele jogava razoavelmente. Depois, nós fomos nadar no Tijuca, participamos da equipe do Tijuca nos anos 52 e 53. Ele nadava *crawl* e eu nadava peito clássico. Na época, ele também foi jogar *water polo* no Fluminense. Mais tarde, ele entrou no tênis. Não posso dizer se era bom ou mau jogador de tênis porque não sei. Na época do Colégio Militar, ele também participou do nosso time de basquete.

Embaixador Carlos Henrique Cardim — Diretor do IPRI: Seria apropriado dizer que, além das convicções, havia um sentido de pragmatismo no Álvaro Alencar? O senhor destacou a parte operacional dele, o trabalho que ele desenvolveu.

Senador Francisco Dornelles: Eu não sei se ele era pragmático porque, quando ele se apaixonava por uma causa, ele entrava lutando por aquilo e não tinha nenhum pragmatismo de flexibilizar a posição não. Ele tinha posições muito rígidas e muito conhecidas.

Embaixador Carlos Henrique Cardim — Diretor do IPRI: E valores também. Ele era um nacionalista.

Senador Francisco Dornelles: Ele não disputava a ponta, mas também não conciliava em relação a princípios.

Embaixador Carlos Henrique Cardim — Diretor do IPRI: Ele tinha uma preocupação também com o desenvolvimento do país, valorizando a ciência.

Senador Francisco Dornelles: Todo o trabalho dele era nesse sentido. Ele era muito ligado com esse campo da ciência e tecnologia. Houve uma época em que ele teve uma ligação muito grande com o INPI, com o Presidente do INPI.

Embaixador Carlos Henrique Cardim — Diretor do IPRI: E também com a área de patentes. Ele dava muito valor à ciência e tecnologia. O senhor se lembra se tinha algum autor ou alguma figura da política brasileira que ele achasse importante na História do Brasil, como Getúlio, ou Rui Barbosa, ou Rio Branco, enfim, uma personalidade da História do Brasil?

Senador Francisco Dornelles: Eu me lembro que na época do Jânio ele entrou na campanha do Jânio. E eu também. Ele dizia que nunca foi Janista, mas eu dizia: “Você votou no Jânio sim. Assuma a responsabilidade pelo que aconteceu”.

Embaixador Carlos Henrique Cardim — Diretor do IPRI: Ele e milhões de pessoas. E da cultura universal, o senhor se lembra de algum nome que ele citasse?

Senador Francisco Dornelles: Nós frequentávamos muito a Academia Brasileira de Letras e eu tenho a impressão que ele gostava muito do Machado de Assis.

Embaixador Carlos Henrique Cardim — Diretor do IPRI: O Jorge destacou que eles fizeram a tradução do livro do Salinger e ele tinha um grande domínio da língua inglesa. Ele dominava muito bem o inglês.

Senador Francisco Dornelles: Ele era fantástico. Ele lia inglês como o português.

Embaixador Carlos Henrique Cardim — Diretor do IPRI: E depois teve a atuação dele na UNCTAD. Foi justamente na preparação da UNCTAD, lá em Genebra, em 1964, que coincidiu com toda a situação aqui no Brasil. Nós vemos que ele teve praticamente duas carreiras: uma carreira diplomática, especificamente no Itamaraty, e uma carreira em outros Ministérios. Seria possível se dizer isso? Ele também se destacou no serviço público em duas carreiras. Uma delas no Ministério da Fazenda, praticamente.

Senador Francisco Dornelles: No Ministério da Fazenda, do Trabalho e do Planejamento.

Embaixador Carlos Henrique Cardim — Diretor do IPRI: Nos três Ministérios, fora o Itamaraty. Bom, Senador, o senhor teria mais algo a acrescentar sobre ele, sobre o convívio familiar, por exemplo?

Senador Francisco Dornelles: Não, era isso.

Embaixador Carlos Henrique Cardim — Diretor do IPRI: Então, eu gostaria de agradecer-lhe muito. Estamos encerrando a entrevista com o Senador Dornelles.



Entrevista com o Professor Paulo Nogueira Batista

O embaixador Álvaro Alencar, um dos diplomatas mais importantes da sua geração, não recebeu em vida o reconhecimento que merecia. Ele contribuiu muito para a defesa dos interesses nacionais, no campo comercial e no campo financeiro, ao longo de várias décadas de dedicação ao serviço público, não só no Itamaraty, mas em outras áreas do governo, notadamente no Ministério da Fazenda. Ele foi Secretário de Assuntos Internacionais na gestão do ministro Francisco Dornelles e ocupou o mesmo cargo na gestão de Dílson Funaro no Ministério da Fazenda. Tanto o ministro Dornelles como o ministro Funaro tinham por ele grande respeito e consideração. Trabalhei com ele durante a gestão Funaro e sou testemunha da grande influência que ele teve naquela época. Foi um período controvertido, marcado por decisões difíceis, particularmente a moratória unilateral de fevereiro de 1987. Álvaro era um dos principais negociadores na área da dívida. Combinava habilidade, firmeza e humor. Ele costumava dizer que os nossos negociadores internacionais sofriam frequentemente do “medo atávicos dos olhos azuis”.

As pessoas que trabalharam com ele em diferentes períodos sabem da sua capacidade de trabalho, da sua inteligência e da competência com que desempenhava as funções que lhe eram atribuídas. Na gestão Funaro foi negociador do Brasil junto ao Clube de Paris, foro onde se discutem as reestruturações de dívidas junto a credores governamentais. Álvaro exerceu essa função nos anos 80, em plena crise da dívida externa, época em que as

negociações eram sempre muito penosas. O seu desempenho foi excepcional, marcado pela coragem e seriedade na defesa dos interesses brasileiros numa fase de conflitos graves, por vezes agudos, com os credores estrangeiros. Conseguiu, com grande dificuldade, obter algo inédito: uma reestruturação das dívidas junto ao Clube de Paris sem um acordo com o FMI. Isso foi em janeiro de 1987.

Depois disso, Álvaro foi embaixador do Brasil nas Nações Unidas e em Cuba. Mais recentemente, assessorou o ministro Celso Amorim na definição e defesa das posições brasileiras em matéria de negociações comerciais, valendo-se para tal da sua grande experiência como integrante da missão brasileira junto ao GATT, instituição antecessora da OMC. Poucos brasileiros conheciam tão profundamente, não apenas teoricamente mas também do ponto de vista prático, os diversos temas envolvidos nas complexas negociações comerciais multilaterais, regionais e bilaterais.

A crise da dívida: até quando?

Álvaro Alencar

Ex-Subsecretário de Assuntos Técnicos e Econômicos Internacionais do Ministério do Planejamento e Ex-Subsecretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda do Brasil. Atual vice-representante permanente de seu país perante as Nações Unidas.

I. Introdução

A crise da dívida internacional que assola a maioria dos países em desenvolvimento chega ao seu sétimo ano ainda sem solução. O fato de tais países agora terem uma dívida com seus credores estrangeiros superior a um trilhão de dólares só é menos preocupante do que a sua patente incapacidade para pagar os juros correntes anuais sobre essa imensa quantia. Os “índices da dívida”, após uma pequena melhora em 1984, voltaram a piorar; suas economias não apresentam qualquer crescimento importante, e suas exportações estão em baixa. Na verdade, para a maioria dos países devedores do terceiro mundo, os anos 80 foram, até aqui, um período de estagnação ou recessão.

Em termos *per capita*, a maioria deles encontra-se agora em situação pior do que se encontrava no início da década. O total de suas importações caiu vertiginosamente, prejudicando ainda mais a sua capacidade de crescimento e afetando negativamente os níveis de emprego nos países

credores, seus principais fornecedores de bens de capital, equipamentos e tecnologia. E por que isto acontece? Por que tão pouco foi feito? Até quando os países devedores do terceiro mundo terão de carregar esse fardo, e como será possível resolver esse problema?

II. Fluxo positivo de recursos externos

Antes que essa crise aparentemente sem fim se instalasse, por volta de 1981, muitos países em desenvolvimento contavam com um fluxo líquido positivo de recursos externos que os ajudava a manter sua luta pelo desenvolvimento econômico e social. Sem dúvida, os fluxos financeiros dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento ficaram sistematicamente abaixo dos valores necessários para financiar adequadamente o desenvolvimento. E alguns tomadores tiveram mais sorte que outros, pelo fato de terem acesso a mercados de capitais, e até mesmo a mercados de ações mais sofisticados. Para um bom número de países em desenvolvimento, contudo, inclusive na maior parte da América Latina, os empréstimos em dinheiro e investimentos diretos estrangeiros combinaram-se às suas poupanças internas para garantir um substancial crescimento econômico. Na verdade, os países da América Latina atingiram, nos anos setenta, suas mais altas taxas de crescimento agregado do pós-guerra. Nem mesmo os impactos do petróleo interferiram de modo perceptível com o afluxo líquido de recursos financeiros. Embora a elevação nos preços do petróleo funcionasse como um pesado imposto gravando as economias dos países em desenvolvimento importadores de petróleo. O sistema bancário internacional rapidamente estabeleceu sistemas de reciclagem, e continuou a oferecer o dinheiro necessário, pelo menos para os tomadores “qualificados”.

Em um determinado ponto em meados da década, havia tanta liquidez que quase todos os riscos soberanos valiam, desde que o alto preço do dinheiro não fosse um problema. Como as taxas de juros reais em 1974 e 1975 ficaram negativas, não se considerava exagero a criação de novos tipos de comissões, taxas e *spreads* bancários. O que, evidentemente, era feito com grande criatividade. Os petrodólares eram então reciclados “com eficiência” para países em desenvolvimento com déficit através dos bancos internacionais. Houve, no caso dos países em desenvolvimento importadores de petróleo, uma mudança perversa neste novo fluxo circular de recursos financeiros: suas importações de petróleo mais caras aumentavam o déficit

da sua balança de pagamentos, de modo que eles precisavam pedir novos empréstimos pelos quais pagavam mais caro. Mas pelo menos eles conseguiam os recursos necessários para financiar o que se tornou, para muitos países em desenvolvimento, um grande ajuste estrutural para a economia mundial pós-choque do petróleo. É importante notar que, além dos recursos então disponíveis para financiar o desenvolvimento, os bancos comerciais também ofereciam recursos, como era necessário, para assegurar o rolamento das dívidas vencidas, e para que os pagamentos de juros não fossem interrompidos. O sistema financeiro internacional parecia capaz de continuar a desempenhar a sua função de canalizar recursos de países com superávit para países com déficit, embora com custos mais altos e em montantes mais do que insuficientes.

III. A crise instala-se

A crise foi instalando-se aos poucos. As taxas básicas de juros (taxas sobre instrumentos de mercado monetário com 90 dias de prazo) na maior parte dos países industrializados começaram a subir vertiginosamente em 1979, permanecendo altas durante quase todo o ano de 1980 até atingir inéditos 18% no terceiro trimestre de 1981. As taxas reais, que historicamente nunca haviam ultrapassado a média de 2-3%, atingiram cerca de 8% nos Estados Unidos naquele ano, e aumentaram ainda mais em 1982, permanecendo em torno desse nível até 1984. O impacto sobre a situação financeira dos devedores foi enorme, uma vez que os juros na maioria dos contratos de empréstimo eram então, como agora, calculados com base nas taxas flutuantes (geralmente a taxa interbancária de Londres – LIBOR – ou a *prime rate* dos Estados Unidos). Durante um período de mais de dois anos os países devedores ainda conseguiram manter o controle, já que os bancos comerciais continuavam a emprestar dinheiro para impedir que os empréstimos se transformassem em dívidas podres. No entanto, a receita de exportação dos países devedores estava ao mesmo tempo sofrendo uma forte retração, devido à queda na demanda – ou a preços mais baixos – dos seus produtos nas economias então estagnadas dos países desenvolvidos. (Somente em 1984 o comércio e a economia recuperaram-se, impulsionados por robustos 6% de crescimento da atividade econômica nos Estados Unidos). Como resultado de um movimento de tenaz representado pelo aumento de pagamentos de juros e a redução das receitas com exportações, até países produtores de

petróleo, como o México, viram suas reservas em moeda estrangeira encolherem a um ritmo assustador.

Na segunda metade de 1982, os países mais endividados do terceiro mundo começaram a cambalear, um após o outro. Quando a crise se generalizou, os bancos internacionais desferiram o golpe de misericórdia na capacidade de recuperação desses devedores, cortando qualquer afluxo de dinheiro novo. A tábua de salvação que mantinha esses devedores na superfície foi então retirada. Eles estavam prestes a naufragar, levando com eles um sem-número de grandes bancos com excesso de exposição a risco, e também dúzias de bancos de médio e pequeno porte. Os bancos americanos, cujas carteiras estavam abarrotadas de riscos provenientes dos países desenvolvidos, pareciam especialmente vulneráveis. Era hora de os governos intervirem e, com eles, as instituições financeiras internacionais (e antes de qualquer outra, o Fundo Monetário Internacional). Seguiu-se uma intensa atividade, descrita pomposamente como “gerenciamento da crise”.

IV. As reações à crise

O plano idealizado pelos governos de alguns dos principais países credores e pelo FMI para contornar a situação foi primeiramente projetado para deter o que era visto como uma ameaça ao sistema financeiro internacional. Seu objetivo principal, embora não declarado abertamente, era manter o fluxo de pagamento de juros aos bancos comerciais, enquanto o principal seria rolando através da reprogramação de acordos multianuais que envolviam *spreads* elevados, que foram maximizados pelo que ficou conhecido como “*serial pick-up system*”. (Aqui, mais uma vez, foi necessária uma certa criatividade). Até que esses acordos fossem assinados, após longas e desgastantes negociações com as comissões consultivas dos bancos, a situação dos países devedores com os bancos comerciais – e, portanto, o valor contábil dos seus empréstimos – foi garantida com a utilização de empréstimos-ponte, obtidos pelos governos dos países credores e, numa fase posterior, por acordos de *stand-by* negociados com o FMI como condição prévia para o reescalonamento tanto com os credores privados como os oficiais. Nesse aspecto, esse novo método não era muito diferente do que ocorria antes da crise financeira, a não ser pelo fato de que os custos para os tomadores aumentavam ainda mais. Os empréstimos-ponte aparentemente eram uma ponte para a mesma coisa. Mas havia uma diferença extremamente importante,

que residia no fato de que não havia mais dinheiro novo, seja para suportar a balança de pagamentos (financiamento do déficit), seja para financiar o desenvolvimento econômico. Se, como sugeriu o Professor Galbraith, tivesse havido tolos, tanto do lado dos credores quanto dos tomadores, os primeiros, pelo menos agora, haviam decidido claramente abandonar esse papel e compensar seus erros passados. A principal preocupação dos bancos era, agora, reduzir o mais rapidamente possível sua exposição aos países em desenvolvimento. Não foi de surpreender, portanto, que os problemas dos países em desenvolvimento devedores não tivessem sido resolvidos, mas na maioria dos casos tivessem até se tornado mais graves. O plano, segundo alguns críticos, havia sido concebido principalmente para “salvar os bancos”.

V. Os programas de “ajustes”

Já que não havia mais dinheiro novo à disposição, pois os empréstimos-ponte e *stand-by* haviam esgotado a sua capacidade limitada, era preciso cumprir as obrigações do pagamento de juros com recursos provenientes dos próprios países devedores. Só havia uma maneira de se obterem tais recursos, e esta consistia em garantir que os países devedores gerassem superávits comerciais suficientes. Nesse ponto, o papel dos programas patrocinados pelo FMI foram decisivos. Os países em desenvolvimento devedores deviam adotar medidas de ajuste rigorosas para dinamizar a sua economia, principalmente através de drásticas reduções nas necessidades de empréstimos do seu setor público, ou seja, no déficit do setor público. E isto devia ser obtido principalmente através de salários reais mais baixos, tributação mais rígida, tarifas mais remuneradoras para os serviços públicos, eliminação de subsídios para programas de cunho social e cortes nas despesas do setor público, inclusive nos seus investimentos. A queda resultante no consumo interno, juntamente com as taxas de câmbio “realistas”, aumentaria os superávits comerciais e, assim, assegurariam a capacidade de reembolso.

O fato de que países devedores muitas vezes não conseguiam atingir as metas de desempenho interno negociadas com o FMI, não era motivo para grandes preocupações naquela época nem para os bancos, nem para a própria instituição multilateral. O que era realmente importante era fazer com que as exportações de um país devedor ultrapassassem as importações numa margem mais ampla possível. A geração de grandes superávits comerciais em numa época em que as economias dos países industrializados

produziam pouco ou nenhum crescimento, e o comércio internacional estagnado ou retraído não era uma pequena façanha. Mesmo assim, muitos países em desenvolvimento devedores conseguiram fazê-lo. Isso era inevitavelmente, obtido à custa de uma forte redução no nível das importações. O maior devedor entre todos os países do terceiro mundo – o Brasil – precisava cortar suas importações quase pela metade, e até hoje ele importa cerca de 40% menos do que importava no período 1979-1980. Assim fazendo, o Brasil conseguiu gerar um superávit comercial acumulado da ordem de US\$ 41,5 bilhões, no período de 1983 a 1986, o que permitiu que fizesse pagamentos totais no exterior de US\$ 45,4 bilhões no mesmo período de 4 anos. Durante todo o período, o volume de exportações do Brasil permaneceu praticamente o mesmo. Os esforços para vender um maior volume de bens e serviços no exterior, embora parcialmente bem sucedidos, não foram suficientes para compensar uma forte deterioração no seu comércio (de 100,0 em 1977 para 53,0 em 1983, melhorando ligeiramente para 56,0 em 1986). Em toda a América Latina, o modelo de reestruturação da dívida – imposto na maioria das vezes – aos países devedores exercia efeitos semelhantes, sufocando a atividade econômica, com exceção daquele segmento relativamente reduzido das suas economias (em geral, não mais de 10) que se dedicava ao comércio de exportação. A região de modo geral transferiu para o exterior US\$ 145 bilhões de 1983 a 1987. Desta forma, através de grandes transferências de recursos financeiros dos devedores para o credores, o sistema bancário internacional foi salvo daquilo que parecia ser uma catástrofe iminente, enquanto os países devedores por sua vez, mergulhavam em uma grave recessão.

VI – Por que os programas não deram certo

Enquanto esses modelos de reestruturação da dívida geralmente conseguiam fazer com que os pagamentos de juros fossem efetuados de forma corrente, que era o seu principal objetivo, acredita-se hoje, os credores inclusive, que os programas de “ajuste” em que se baseavam esses modelos eram em geral grandemente ineficazes para promover o ajuste econômico e, na verdade, provocavam um desajuste ainda maior. Para ajudar a encontrar soluções para o problema dos países em desenvolvimento devedores, é preciso antes de qualquer coisa buscar entender, de forma clara, quais foram os motivos para o fracasso desses programas nos cinquenta e poucos países em

desenvolvimento (28 dos quais se encontram na América Latina e no Caribe) onde eles foram aplicados de forma quase indiscriminadamente desde 1983.

Os motivos podem ser encontrados, em primeiro lugar, em três requisitos básicos dos programas, todos eles pouco compatíveis entre si, e além disso, fundamentalmente incompatíveis com a realização da meta de crescimento econômico: o desempenho distorcido do setor do comércio exterior, as políticas econômicas internas recessivas que afetam o setor público e o setor privado e a inversão do fluxo de recursos financeiros entre devedores e credores. Em segundo lugar, existia, e ainda existe, um grave desequilíbrio nos fluxos globais dos recursos financeiros, principalmente entre as maiores economias industrializadas.

Sob o ponto de vista do comércio exterior, o principal problema surgiu da incapacidade dos países devedores de apresentar grandes superávits comerciais através da expansão das exportações, ao invés da retração das importações. Além de um ambiente de estagnação internacional, a expansão das exportações enfrentava graves limitações, como:

a) a aguda e persistente deterioração em termos de comércio nos países devedores; b) a dificuldade cada vez maior em manter a competitividade no exterior, devido à grande redução na capacidade de importar novos equipamentos e tecnologias; c) os pesados custos sociais e o risco político de buscar níveis competitivos de preços através de maior achatamento salarial; d) as barreiras protecionistas nos mercados dos países desenvolvidos; e) níveis excessivamente altos de subsídio às exportações por parte dos países desenvolvidos, afastando as exportações dos países em desenvolvimento dos mercados do terceiro mundo.

Sendo forçados a reduzir suas importações apenas aos produtos essenciais, como petróleo (no caso dos países sem autosuficiência), alimentos e insumos industriais básicos, os países em desenvolvimento devedores não conseguiam mais adquirir os bens de capital necessários à modernização de suas estruturas produtivas. Sem dúvida, na medida em que as políticas internas deles exigidas eram recessivas por natureza, não havia geralmente incentivo ao investimento, e portanto, não havia uma grande demanda pela importação de bens de capital.

Quanto às políticas internas, o foco principal do programa de ajustes consistia em conter o déficit do setor público (que, por sinal, não era maior em alguns casos do que o déficit de alguns países da OECD). Em um típico país em desenvolvimento em que o setor público é responsável por uma

grande parte dos gastos com investimentos e compras isso pode ter profundas repercussões, como de fato ocorreu em praticamente todos os países submetidos ao programa de ajuste. A depressão que esses países experimentaram seria hoje uma questão de história, se não fosse pelo fato de ainda sofrerem os seus efeitos. De qualquer forma, até mesmo tentativas heroicas de cortar os gastos do governo eram, em geral, mais do que contrabalançadas pela necessidade de fornecer a contrapartida em moeda local para o enorme volume de divisas obtidas com abundantes superávits comerciais. Seguiu-se necessariamente uma expansão acelerada das reservas monetárias, resultando em uma rápida taxa de crescimento da dívida pública interna e na sobrecarga do seu financiamento. Desvalorizações excessivas da taxa de câmbio só vinham agravar o impacto inflacionário desse plano. É evidente que o programa não trouxe qualquer ajuste interno esperado nas economias dos países devedores, e nem o mais empedernido otimista acharia que isso poderia acontecer.

Entretanto, a mais adversa consequência imposta aos países devedores não resultou das falhas no programa de ajuste aplicado ao gerenciamento econômico interno, mas da única área em que foi bem sucedido, ou seja, a transferência de recursos no exterior. De uma situação em que podiam contar com as poupanças externas para complementar as suas próprias, os países em desenvolvimento devedores se viram na posição de exportadores de capital líquido. No período de 1976 a 1986, a balança dos recursos reais dos países em desenvolvimento sem petróleo apresentou uma variação negativa da ordem de 8% de seu PIB. Calculou-se que no período compreendido entre 1983 e 1986 a variação foi responsável por uma queda comparável da sua taxa de investimento. A transferência líquida negativa de recursos reais dos países devedores aos credores constitui a verdadeira encarnação da crise da dívida, pois ela mina a capacidade de crescimento do país devedor. Para os maiores devedores da América Latina, a transferência de recursos líquidos para o exterior chegou a 20 a 25% da sua poupança interna bruta nos quatro anos que se seguiram ao reescalonamento de suas dívidas em 1983. Como mostram recentes estudos realizados nas Nações Unidas, existe uma íntima ligação entre essa saída líquida de recursos financeiros e a forte queda na taxa de formação de capital bruto durante o referido período.

Sob tais circunstâncias, não seria plausível conceber, a curto e médio prazo, uma recuperação das atividades econômicas desses países que trouxesse o reestabelecimento de suas capacidade de reembolso. A inédita

drenagem de suas economias é a melhor explicação para o fracasso de sucessivos acordos de reescalonamento de suas dívidas. Explica o motivo de ter sido sugerido (*World Economic Survey*, 1987) que talvez fosse a hora de certos bancos reconhecerem formalmente que uma parte significativa de seus ativos estava supervalorizada e aceitarem algumas perdas nesse sentido. É também o motivo pelo qual o Grupo dos 24, no seu comunicado de 26 de setembro de 1987, observou: “De fato, existe um sentimento crescente no mercado de que parte da dívida é incobrável”.

VII. Superpagamento e subfinanciamento

A crise enfrentada pela maioria dos países em desenvolvimento pode ser resumida a uma questão de superpagamento e subfinanciamento. Sua representação composta é a transferência líquida negativa de recursos reais. Este conceito é hoje amplamente usado nos estudos conduzidos pelas Nações Unidas, pelo Banco Mundial e pelo FMI. Como definida por esses órgãos, a transferência líquida é igual à balança de mercadorias e serviços não fatores com sinal inverso, o que leva em conta também as variações nas reservas de divisas. Não é possível tratar de superpagamento ou de subfinanciamento apenas nas negociações entre os países devedores e seus vários credores. Não se pode tratar do endividamento dos países em desenvolvimento sem considerar os desequilíbrios totais da economia mundial. O problema de sua dívida só pode ser resolvido em compasso com o ajuste de outros fluxos financeiros e a obtenção de níveis mais altos de atividade na economia mundial como um todo. O problema, portanto, deve ser discutido nesse contexto mais amplo.

A maioria dos analistas concorda que os países industrializados, com superávit, precisam estimular um crescimento mais rápido de suas economias. Quase todos acham que o país com o maior déficit do mundo – agora também, de longe, o maior devedor – deve adotar uma disciplina fiscal mais rígida e reduzir a incrível taxa com que absorve as poupanças externas. Esses países mais ricos têm buscado uma coordenação maior de suas políticas monetárias e financeiras. No entanto, seus esforços esbarraram em dois tipos de dificuldades que, até o momento, mostraram-se intransponíveis. A primeira é que, na falta de um sistema monetário e financeiro (o esquema de Bretton Woods já se tornou há muito tempo um não sistema), os requisitos de uma coordenação política eficaz impõem sobre cada um dos países mais

desenvolvidos, e por conseguinte sobre seus governos, uma carga que eles não parecem dispostos a suportar além da adoção de medidas tópicas e paliativas. A segunda dificuldade é que, embora esses mesmos governos estejam perfeitamente cientes do crescente peso das economias dos países em desenvolvimento em um mundo cada vez mais interdependente e da ameaça que é representada por uma crise prolongada da dívida, eles não parecem preparados para levar tal fato em consideração em sua argumentação supostamente global. Enquanto isso, a crise continua a ter efeitos negativos em termos de desemprego, pobreza e instabilidade social nos países devedores. A renda *per capita* da América Latina, em 1987, ficou 5% abaixo do resultado de 1980. Citado em recente entrevista, o professor Albert Fishlow declarou que “Nas atuais circunstâncias, será impossível a América Latina lançar mão de suas exportações ou financiamentos para solucionar a sua crise da dívida”.

VIII. Elementos de estratégia da dívida

Existe, portanto, uma evidente necessidade de cooperação internacional entre todos os interessados, no sentido de elaborar e implementar uma estratégia global da dívida para resolver os dois aspectos da questão, isto é, o superpagamento e o subfinanciamento. Essa estratégia deveria basear-se nos seguintes pontos: i) redução imediata e substancial do déficit fiscal de países com grandes déficits; ii) redução das taxas de juros das principais economias, a fim de estimular o crescimento; iii) transferências substanciais de países desenvolvidos com superávit para países em desenvolvimento com déficit; iv) redução dos fluxos de saída dos países em desenvolvimento devedores a níveis em que suas transferências líquidas de recursos reais se tornem compatíveis com o financiamento do crescimento a índices significativos; v) ajuste voltado para o crescimento nas economias dos países em desenvolvimento devedores; vi) cancelamento da dívida oficial e privada dos países menos desenvolvidos dentre os países em desenvolvimento. Além de melhorar a sua capacidade de reembolso, os países em desenvolvimento poderiam, através do aumento de sua capacidade de importação, assegurar um crescimento sustentável e ao mesmo tempo contribuir para a recuperação da economia mundial e do comércio internacional. De fato, houve uma concordância unânime no UNCTAD VII realizado no ano passado, de que estes deveriam ser os objetivos de uma estratégia de cooperação da dívida.

Se é preciso evitar uma intensificação da crise da dívida, contudo, algo tem de ser feito a curto prazo para reduzir o volume de pagamentos que serão efetuados pelos países devedores, e também para aumentar os recursos disponíveis para financiar o desenvolvimento. Na medida em que os pagamentos externos são relevados, os recursos serão liberados para fazer investimentos internos. À medida que as economias dos devedores recuperam seu impulso anterior, o investimento exterior direto poderá mais facilmente ser atraído para as poupanças domésticas.

A questão sobre como reduzir volume de pagamentos anuais gera grandes discussões. O conceito de redução da dívida vem ganhando terreno ultimamente, e uma ampla variedade de modalidades foi concebida e apresentada por membros da comunidade acadêmica na política, no governo e no setor bancário. As propostas vão de técnicas variadas para conversão da dívida em ações com desconto, através de métodos de redução nos livros, eliminação e oferta de garantia da dívida, até formas de reduzir, dar baixa, ou securitizar a dívida até formas de reduzir, subsidiar, limitar ou financiar taxas de juros e incluir ideias sobre como estimular o fluxo de financiamento para os países em desenvolvimento devedores, seja através de investimento direto, ou de outros métodos (como o co-financiamento ou financiamento paralelo por instituições financeiras multilaterais e bancos privados). Sejam quais forem as soluções preferidas – que não precisam ser mutuamente excludentes – seu objetivo final consiste em atuar sobre o principal parâmetro agregado, ou seja, a transferência líquida de recursos reais. O foco de uma estratégia de dívida global seria mais preciso com o estabelecimento de uma meta para reduzir a transferência líquida. Em discussões travadas nas Nações Unidas, por exemplo, foi apresentada a proposta para que a transferência líquida pudesse ser reduzida a um nível condizente com a realização das metas de crescimento estabelecidas pela Estratégia de Desenvolvimento Internacional. O importante é que a crise da dívida seja discutida a sério, e que os governos dos principais países credores demonstrem a intenção de considerar o problema de forma global, e de se dedicarem a fundo na busca de uma solução global, não importando o local de sua preferência para realizar essa discussão. Há muito mais coisas em jogo do que o bem-estar social e econômico e a estabilidade dos países devedores, que por si próprias deveriam ser importantes o suficiente para chamar a atenção da comunidade mundial. Permitir que essa crise que já dura sete anos continue, sem tomar providências importantes para detê-la, poderá significar uma ameaça não apenas à saúde

financeira do sistema bancário internacional, mas dos próprios países industrializados. Em comparação com os altos riscos de deixar as coisas como estão, o preço a ser pago hoje para finalmente colocar um ponto final na crise parece bastante modesto.

Transferência de tecnologia

Álvaro Alencar

A necessidade de expandir a transferência de tecnologia adequada dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, em condições mais favoráveis a estes últimos, tem sido objeto de crescente interesse por parte da comunidade internacional nos últimos anos. O Brasil, em particular, tem sido um dos países mais atuantes na discussão do problema em vários foros e talvez o principal responsável pela orientação dessa discussão em termos de análise do mercado internacional. Uma vez caracterizado o conhecimento tecnológico – especialmente o patenteado – como um bem econômico que é transacionado como qualquer outro bem ou serviço no mercado internacional, a cujas regras sua negociação está submetida, passou-se a encarar a questão tanto na UNCTAD como em outros foros através da necessidade de eliminar as imperfeições desse mercado. Até mesmo a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), que tradicionalmente considerava o problema das patentes apenas pelo lado jurídico, ou seja, da proteção à propriedade industrial, vem-se preocupando seriamente com o aspecto comercial da transferência de tecnologia, no propósito de estudar formas de acelerar essa transferência à luz dos requisitos de desenvolvimento tecnológico dos países em desenvolvimento.

Dados estatísticos sobre os gastos efetuados pelos países em desenvolvimento com a importação de tecnologia revelam uma tendência fortemente crescente. A curva que retrata esse crescimento é provavelmente

uma assíntota, tendendo para a estabilização no ramo superior. Mas, como os países em desenvolvimento, movem-se atualmente ao longo do ramo inferior da curva, esses gastos deverão crescer exponencialmente ainda por muito tempo, na medida em que seu desenvolvimento econômico exija uma importação de tecnologia estrangeira em volume crescente. A capacidade de importar essa tecnologia é, portanto, um elemento estratégico para esses países, cujo despreparo para gerar soluções tecnológicas próprias os mantém numa condição de dependência de fornecedores internacionais. Daí a importância da análise do mercado internacional de tecnologia, com vistas a permitir a busca de soluções aceitáveis internacionalmente, que eliminem suas características restritivas e o tornem um mercado competitivo.

Como assinalou o delegado do Brasil durante o debate geral na comissão da III UNCTAD que examinou este tema, “o mercado internacional de tecnologia, tal como funciona atualmente, não passaria o teste de qualquer das legislações antitruste existentes nos países desenvolvidos de economia de mercado”. Isso porque o mercado internacional se caracteriza por uma forma de competição altamente imperfeita. Pela própria natureza dos “bens” transacionados, isto é, tecnologia patenteada e as várias formas de *know-how* a ela associadas, os vendedores tendem a usufruir de uma situação de monopólio legal, como decorrência natural do fato de a patente conferir a seu detentor direitos exclusivos de utilização. É sabido que um vendedor monopolista dispõe de plena capacidade de impor as condições do negócio, com evidente desvantagem para o comprador, no caso situado em país em desenvolvimento.

Naturalmente, na medida em que determinado equipamento, desenho ou processo tecnológico seja perfeitamente substituível por outro dentro da mesma equação de produção, o comprador no país em desenvolvimento pode, em teoria, recorrer a fornecedores alternativos e, desta forma, escapar de um confronto desfavorável com um vendedor monopolista. Entretanto, o mercado contém imperfeições também do lado da demanda, causadas principalmente por um desconhecimento, pelo potencial comprador, das alternativas disponíveis do lado da oferta. O comprador potencial num país em desenvolvimento pode ser uma empresa privada nacional, ou a subsidiária de uma empresa privada estrangeira, ou uma empresa governamental ou de economia mista. Com exceção dessas duas últimas, o comprador geralmente não dispõe de alternativas para comparar. A empresa privada nacional é quase sempre incapaz de fazê-lo por falta de informação completa sobre a oferta

mundial no seu ramo. Quanto à subsidiária de empresa estrangeira, suas operações de importação de tecnologia são em geral efetuadas com a matriz, e, de qualquer forma, são sempre determinadas pela política empresarial desta.

Alguns feitos dessa situação de mercado, já plenamente identificados em levantamentos realizados por organizações internacionais e por centros de estudo localizados em países em desenvolvimento, (Documentos TD/B/AC.11/5, TD/B/310, TD/106 e TD/107, entre outros), são os seguintes: (a) a tecnologia patenteada e o *know-how* adquiridos pelos países em desenvolvimento nem sempre são os mais adequados, quer do ponto-de-vista da empresa quer do ponto-de-vista macroeconômico do país recipiente; (b) seus custos são necessariamente mais elevados do que os que resultariam de transações realizadas num mercado livremente competitivo; (c) em decorrência dos dois primeiros itens, deixa o país recipiente de explorar plenamente sua capacidade de importação e seu potencial de desenvolvimento tecnológico; (d) as práticas comerciais restritivas frequentemente impostas ao adquirente reduzem sua eficiência microeconômica e cerceiam sua capacidade de atuação no mercado internacional. Tais práticas restritivas são variadas, e as mais frequentes são: a obrigatoriedade de o adquirente de tecnologia adquirir também, do mesmo supridor, matéria-prima ou componentes para seu produto final; o sobre faturamento nessas importações vinculadas; a proibição de exportação do produto final para determinados países onde o vendedor já penetra com seu produto (alocação de mercados); a obrigatoriedade de ceder ao vendedor qualquer melhoria ou adaptação introduzidas na tecnologia originalmente negociadas e a proibição de o comprador seguir utilizando a tecnologia depois de terminada a validade da licença ou da patente.

Finalmente, a falta de competitividade do mercado permite outro tipo de imposição ao adquirente: a dilatação dos prazos de prestação de “assistência técnica”. Como a patente cedida através do contrato de licença não contém em si mesma os elementos suficientes para assegurar sua utilização, torna-se frequentemente necessária a prestação de assistência, pela qual o vendedor transmite ao comprador o *know-how* que lhe falta. A prestação dessa assistência além do tempo necessário à assimilação da técnica é mais uma forma de tornar excessivo o custo da tecnologia importada; e a assistência permanente de técnicos estrangeiros é ainda mais prejudicial, por inibir a formação de técnicos nacionais do país em desenvolvimento. Esta última forma, na verdade, frustra inteiramente um

dos principais objetivos da “transferência”, que é o desenvolvimento tecnológico do adquirente. Aliada às demais restrições mencionadas, faz com que a chamada transferência de tecnologia seja, na realidade, um “empréstimo” de tecnologia por prazo determinado, a custos excessivos, com inúmeras limitações a sua utilização por parte do recipiente, e com uma taxa bastante reduzida de absorção efetiva.

A compreensão dessa realidade levou os países em desenvolvimento e as organizações internacionais competentes a buscarem formas de atuar sobre o mercado, a fim de eliminar ou reduzir a incidência de suas imperfeições nas transações efetuadas. Ao mesmo tempo, a análise de suas próprias deficiências está impelindo um número já considerável de países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil, a montar uma infra-estrutura interna que os permita aumentar sua capacidade de importação e de absorção efetiva de tecnologia estrangeira, como meio de acelerarem seu desenvolvimento econômico e como passo indispensável para chegarem à etapa de adaptação dessa tecnologia a seus requisitos e interesses específicos e, eventualmente, criarem equipes e condições materiais para um desenvolvimento tecnológico baseado também em soluções próprias.

A evolução no tratamento internacional do assunto, tal como acima descrita, permitiu que a III UNCTAD aprovasse por unanimidade uma resolução que cobre tanto os aspectos externos quanto os internos, e que aponta soluções precisamente para aqueles problemas com que se defrontam os países em desenvolvimento.

A resolução em apreço, contida no documento TD/L.69 da Conferência, apresenta além da parte preambular, três partes resolutivas. A primeira delas refere-se aos arranjos institucionais dentro da UNCTAD, aprovando o programa de trabalho do Grupo Intergovernamental de Transferência de Tecnologia e instruindo a Junta de Comércio e Desenvolvimento a “assegurar que a natureza contínua das funções da UNCTAD nesse campo seja refletida nos arranjos institucionais dentro da UNCTAD”. As partes II e III, de natureza substantiva, contêm recomendações e decisões referentes aos aspectos de acesso (mercado) e criação de uma infra-estrutura adequada nos países em desenvolvimento.

No que se refere às transações internacionais para transferência de tecnologia, um dos pontos mais importantes dessa resolução é o que diz respeito à criação de instituições nos países em desenvolvimento para o desempenho, entre outras, das seguintes atribuições:

- (i) proceder do registro, depósito, revisão e aprovação de contratos de transferência de tecnologia nos setores público e privado;
- (ii) efetuar ou promover a avaliação, negociação ou renegociação de contratos de transferência de tecnologia;
- (iii) assistir as empresas nacionais na busca de potenciais fornecedores alternativos de tecnologia, de acordo com as prioridades do planejamento do desenvolvimento nacional;
- (iv) promover o treinamento de pessoal destinado às instituições que lidam com transferência de tecnologia.

É importante observar que as autoridades competentes no Brasil já desempenham as duas primeiras funções acima, e já iniciaram a execução de um projeto de modernização que permitirá a realização eficiente também das duas últimas. Nos termos do parágrafo 7 da mesma resolução, a UNCTAD deverá também prestar assistência aos países em desenvolvimento para esses fins, especialmente os mencionados nos itens (ii), (iii) e (iv) acima para o que poderá contar, em sua qualidade de agência executora do PNUD, com a contribuição financeira daquele programa das Nações Unidas.

O subitem (iii) acima está também relacionado com o parágrafo 8 (iv) da resolução, que recomenda a cooperação da UNCTAD com a OMPI no estudo de mecanismos que promovam a transferência para os países em desenvolvimento. O estudo está sendo efetuado atualmente no âmbito da OMPI por proposta do Brasil, e tem como objetivo a divulgação de oportunidades e de licenciamento e a realização de rodadas de negociações para a conclusão de contratos entre partes interessadas em, respectivamente, ceder e adquirir *know-how* em determinados setores de produção. Caso venha a ser aprovado, o mecanismo de negociações abrangeria também a possibilidade de que alguns países em desenvolvimento que dispusessem de *know-how* próprio se beneficiassem do sistema para divulgá-lo a potenciais compradores, criando assim oportunidades de exportá-lo. Do ponto-de-vista de um país como o Brasil, representaria, portanto, um instrumento para melhorar sua posição no mercado como comprador, ao mesmo tempo em que permitiria um aumento gradual de sua participação como vendedor.

Outro instrumento de atuação sobre o mercado é o mencionado no parágrafo 9 da resolução aprovada pela III UNCTAD. Trata-se da elaboração das bases de legislação internacional que regule a transferência de tecnologia, isto é, que discipline o quadro contratual dentro do qual se estabelecem as

condições para a cessão do *know-how*, patenteado ou não patenteado. Na prática, isso significa eliminar boa parte das imperfeições mencionadas na análise do mercado feita no início desta apreciação do problema, particularmente as práticas comerciais restritivas ali indicadas. Tal legislação internacional teria que ser negociada, em última análise, por uma conferência de plenipotenciários e referendada pelo processo adotado em cada país, a fim de constituir instrumento de caráter obrigatório, não sendo de excluir-se a possibilidade de englobar-se numa mesma convenção internacional os dois principais aspectos da questão: os *mecanismos* de negociação e a *legislação* que regula as relações contratuais estabelecidas.

Com essas medidas, não se pretende restringir a liberdade de contratar das partes, senão melhorar as condições do mercado, tornando-o livremente competitivo. Além de beneficiar, naturalmente, os compradores nos países em desenvolvimento, tal convenção atenderia aos interesses dos supridores de tecnologia de médio porte, tanto das grandes potências industriais quanto dos pequenos países desenvolvidos e, eventualmente, dos países em desenvolvimento que tiverem condições de ofertar; todos esses supridores “médios” têm atualmente grande dificuldade de penetrar num mercado dominado pelas empresas internacionais de grande porte, as quais nem sempre são possuidoras do *know-how* mais adequado à infra-estrutura, distribuição de fatores e estrutura de custos e de rendas encontradas nos países em desenvolvimento.

Dois outros aspectos da resolução aprovada em Santiago, embora de natureza complementar à ação principal acima descrita, são relevantes como forma de apoio ao esforço interno a ser despendido pelos países em desenvolvimento no campo da tecnologia: a cooperação bilateral por parte dos países industrializados e a cooperação entre os próprios países em desenvolvimento. No primeiro caso, a III UNCTAD recomendou aos países desenvolvidos que adotassem uma série de medidas destinadas a facilitar a transferência e a adaptação de tecnologia, a saber: a divulgação de informações e ampliação da assistência técnica e financeira para o desenvolvimento tecnológico; programas de treinamento; incentivos a suas empresas para que utilizem e treinem técnicos locais e transfiram informações sobre especificações e processos; designação de instituições nos países desenvolvidos que forneçam informações sobre tecnologias disponíveis; orientação de seus programas de cooperação para a adaptação de tecnologia às condições existentes nos países recipientes; e incentivos para a transmissão,

às instituições correspondentes nos países em desenvolvimento, dos resultados de pesquisas realizadas por centros e universidades em países desenvolvidos.

Aos países em desenvolvimento, a Conferência recomendou igualmente que seguissem o caminho, até agora praticamente inexplorado, da cooperação destinada a promover a transferência de tecnologia entre si próprios, através do intercâmbio de experiências nos campos da aquisição, adaptação, melhoramento e aplicação de tecnologia importada, do estabelecimento de centros de pesquisas regionais com intercâmbio intra-regional, do intercâmbio de técnicos, e da realização de projetos conjuntos para atender a requisitos tecnológicos comuns.

A resolução unanimemente aprovada pela III UNCTAD constitui, assim, a mais completa e incisiva decisão até agora tomada pela comunidade internacional nesse campo. Sem apontar todas as soluções, e muitas vezes ressentindo-se da falta de um tom mais mandatório, representa, entretanto, um amplo mandato para a UNCTAD, a OMPI, a UNIDO e os demais organismos internacionais que lidam com o problema do desenvolvimento tecnológico dos países em desenvolvimento, além de propiciar a esses países um excelente plano de ação para ser implantado por sua própria iniciativa, com o apoio do órgão financeiro do sistema das Nações Unidas e dos programas bilaterais de assistência. Do esforço combinado de reformulação das regras e características do mercado internacional e de capacitação interna dos países em desenvolvimento, deverão resultar as condições para a superação da dependência tecnológica absoluta desses países, permitindo aos vanguardeiros, pelo menos, assumir uma posição de relativo equilíbrio em suas trocas de tecnologia com o exterior, ou seja, lograr uma participação ativa no intercâmbio internacional de tecnologia que será muito provavelmente, o elemento mais dinâmico das relações econômicas internacionais.





<i>Formato</i>	<i>15,5 x 22,5 cm</i>
<i>Mancha gráfica</i>	<i>12 x 18,3cm</i>
<i>Papel</i>	<i>pólen soft 80g (miolo), duo design 250g (capa)</i>
<i>Fontes</i>	<i>Times New Roman 17/20,4 (títulos), 12/14 (textos)</i>